

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL
TRABALHO FINAL II

**LÍNGUA PORTUGUESA:
A APROPRIAÇÃO DE UM BEM CULTURAL**

Heloisa Waideman Prando

**NITERÓI
2009**

HELOISA WAIDEMAN PRANDO

**LÍNGUA PORTUGUESA:
A APROPRIAÇÃO DE UM BEM CULTURAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Wallace de Deus

NITERÓI
2009

Heloisa Waideman Prando

LÍNGUA PORTUGUESA:

A APROPRIAÇÃO DE UM BEM CULTURAL

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em
Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense,
como requisito parcial para obtenção do Bacharel.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Wallace de Deus
Universidade Federal Fluminense

Prof. Luiz Carlos Mendonça
Universidade Federal Fluminense

Marize Figueira
Produtora Cultural

NITERÓI
2009

À vida.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e minha irmã, meu amor, responsáveis por tudo e todos que sou e que possuo.

Ao meu pai, cujas lágrimas e saudade não permitem expressar-me no momento.

Ao vendedor de milho da estação da Luz.

Ao meu tripé niteroiense: Guilherme, Felipe e Mariah, referência familiar infinita.

Aos que por se fazerem presente, ainda que distantes, fazem-me lembrar o quanto a vida é fascinante: meus verdadeiros amigos.

À Marize Figueira, pelas discussões ideológicas, das quais as trocas cresceram-nos um bocado; ao professor Luiz Mendonça por, sem ao menos saber disto, ter-me devolvido a crença no bem; e ao professor Wallace de Deus pelo apoio, parceria e amizade.

“A linguagem e a vida são uma coisa só. Quem não fizer do idioma o espelho de sua personalidade não vive; e como a vida é uma corrente contínua, a linguagem também deve evoluir constantemente.” João Guimarães Rosa

RESUMO

Esta monografia se propõe a analisar o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa através das relações entre língua, linguagem, sociedade, cultura e poder. Assim, examina os diferentes usos da linguagem, por sujeitos pertencentes a diferentes classes sociais, como elemento afirmador e identificador, de maneira a estabelecer as relações culturais entre língua e sociedade. Porém, não se trata de um estudo dado à lingüística e, tampouco, à sociolingüística. É, antes, um estudo sobre os padrões socioculturais convencionados e adotados referentes à língua portuguesa e seus falantes, atendo-se à instituição e evolução de sua grafia, que se modificará, desta vez, em âmbito mundial.

Palavras chave: língua, linguagem, sociedade, cultura, poder.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	09
2.SOCIEDADE	11
3.LINGUAGEM E PODER	15
4.A LINGUA PORTUGUESA	19
4.1.CHEGADA DO LATIM À PENÍNSULA IBÉRICA	19
4.2. O GALEGO-PORTUGUÊS	21
4.3. DO GALEGO-PORTUGUÊS AO PORTUGUÊS	22
4.4. EXPANSÃO MARÍTIMA E CONSEQUÊNCIAS PARA O PORTUGUÊS	23
5.O PORTUGUÊS INTERNACIONAL	24
6.O PORTUGUÊS BRASILEIRO	27
7.A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA	33
7.1. ACORDOS ORTOGRÁFICOS DA LINGUA PORTUGUESA	35
7.2. NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LINGUA PORTUGUESA	35
8.CONCLUSÃO	38
9.BIBLIOGRAFIA	46
10.ANEXOS	50

1. INTRODUÇÃO:

O presente trabalho é uma monografia de conclusão de curso do curso de Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense. Para não haver confusões quanto ao emprego do termo *trabalho*, quando aqui for-se referir à totalidade abarcada nesta tarefa, será usada a palavra monografia. Trabalho, aqui, será apresentado como a atividade realizada socialmente pelo homem para sua adaptação à natureza. A escrita desta monografia na antiga ortografia da língua portuguesa, ainda vigente juntamente com a nova, foi feita por uma escolha consciente que se justifica com os argumentos a serem apresentados.

Esta monografia questiona a “neutralidade” do Estado quanto um elemento legitimador de normas concernentes a elementos culturais, no caso a grafia da língua portuguesa, perpassando pelo modo de uso, por parte de entidades superiores, da cultura para atingir objetivos políticos e econômicos.

Para tanto, as relações sociais são apresentadas desde seu princípio, apontando a técnica para a adaptação à natureza e o trabalho realizado para tal como as bases da vida social – que gera a necessidade de comunicação que, por sua vez, desenvolve a linguagem – e o modo como a divisão deste trabalho pode resultar em divisão entre grupos com aspirações econômicas diferentes: surgindo a luta de classes e poder.

Posteriormente apresenta um breve relato da formação da língua portuguesa, desde seu princípio, no Latim, até sua consolidação como a língua da nação portuguesa – quando se proliferou, através da expansão marítima ibérica, no século

XV, para diversos outros países, entre eles o Brasil. É a língua portuguesa brasileira que a monografia considera como ponto de análise; apresenta os fatos ocorridos para sua fixação no País, ressaltando, desde sua instituição, aspectos sociopolíticos, além de culturais, de modo a introduzir a discussão que se segue.

Há um capítulo dedicado a tratar a grafia da língua portuguesa, como norma da língua, apresentando todas as suas reformas e acordos ortográficos. A exposição aqui é cronológica, narrativa, sem aprofundamento nas mudanças gráficas e outras questões filológicas.

Objetiva-se, por fim, a discussão, fixando-se nas mudanças ortográficas da língua portuguesa, sobre a importância dos bens culturais – fruto das relações sociais – , materiais ou não, nas relações de poder. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa é abordado de forma a ser uma possibilidade de imposição, por parte de entidades superiores, do modo de uso da língua portuguesa que é, como todas as línguas, um produto social, a fim de obter vantagens político-econômicas.

As questões apresentadas são apenas expositivas, não conclusivas, a fim de trazer à tona uma maior reflexão sobre o tema e de suscitar discussões mais amplas no âmbito cultural sobre a política que envolve o uso de seus bens.

2.SOCIEDADE:

São apresentadas a seguir as origens das relações sociais, das relações entre classe e poder e como a cultura apresenta-se dependente destas relações. O entendimento do princípio da vida social e de seus embates é de suma importância para o entendimento dos diferentes usos de elementos culturais por parte das entidades superiores, que se julgam no direito de normatizá-los em seu favor – lembrando que a cultura, seus bens e elementos materiais e imateriais emanam da sociedade, são por ela vividos e utilizados, devendo ser, então, a sociedade a ditar seu uso.

Para assegurar sua existência, o homem deve necessariamente adaptar-se à natureza, desempenhando, para tanto, certas atividades. Para essa adaptação, o homem possui duas formas de atividades diferentes: a primeira diz respeito às necessidades intrínsecas à sua existência, as necessidades fisiológicas por excelência. Essas necessidades exigem atividades específicas, próprias do momento, como, por exemplo, a necessidade de nutrir-se gera a atividade de comer. A segunda forma de atividade humana para adaptação à natureza consiste na maneira pela qual o homem satisfará suas necessidades primeiras. Seguindo o exemplo da necessidade de nutrir-se, seria a maneira de conseguir o alimento, bem como caçar. Essa é uma forma indireta de satisfazer as necessidades humanas e, ao contrário da primeira, pode servir a mais de um indivíduo. O homem só pode comer para ele, para saciar sua própria fome, mas pode conseguir mais alimento do que lhe é necessário, pode consegui-lo

para todo um grupo de pessoas. Essa é a atividade que possui a característica de transformar o homem em um ser social: denominada trabalho.¹

O homem trabalha (atividade indireta) com outros homens, em conjunto, para a satisfação de suas necessidades e, assim, são obrigados a criarem relações entre si, formando a vida social. Esse trabalho conjunto suscita diferentes relações de produção, que acarretam em variados tipos de relações sociais – estas relações são chamadas de relações econômicas e delas afloram todos os outros tipos de relações. A relação mais importante estabelecida pelo meio social – quando os homens passam a adotar certos padrões gerais de comportamento – é a relação cultural.

As necessidades de adaptação do homem à natureza, em suas atividades diretas e indiretas, são intrínsecas a todos os seres humanos, mas a maneira como estas atividades são realizadas diferencia-se em cada agrupamento, em cada sociedade. Não é somente o homem que necessita adaptar-se à natureza, mas a maneira como ele o faz e sua capacidade de comunicação oral o diferenciam dos demais animais. Para melhor desempenho das atividades indiretas, o homem cria e utiliza instrumentos que passam a desempenhar papel principal na satisfação das necessidades humanas. Todos os instrumentos criados pelo homem neste processo de adaptação são chamados de técnica ou meio artificial. O aperfeiçoamento da linguagem, permitindo a troca de conhecimentos adquiridos desde gerações muito anteriores, merece a maior consideração entre os instrumentos criados e utilizados pelo homem, pois “a capacidade de comunicação por meio de símbolos precisos foi referida como a condição principal do desenvolvimento cultural”². As questões referentes a linguagem, língua e seus usos serão aprofundadas futuramente.

O legado construído no processo de adaptação à natureza, seja referente aos comportamentos e costumes ou seus objetos, abarcam todo o complexo cultural de um povo. Como descrito no Dicionário Filosófico Abreviado³ de M. Rosental e P.,

¹ malinowski ainda aponta uma terceira necessidade: integrativas ou sintéticas - conhecimento, magia e religião, arte, jogos.

² KEESING, Félix. *Antropologia cultural II*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura. 1972, p. 549.

³ ROSENTAL, M.; IUDIN, P.. *Dicionário Filosófico Abreviado*. Montevideu: Ediciones Pueblos Unidos, 1950.

“CULTURA – Conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história. A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, artes e instituições que lhes correspondem. Em um sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade que nascem e se desenvolvem à base do *modo de produção dos bens materiais* historicamente determinado. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc., e as instituições correspondentes. Entre os índices mais importantes do nível cultural, em determinada etapa histórica, é preciso notar o grau de utilização dos aperfeiçoamentos técnicos e dos desenvolvimentos científicos na produção social, o nível cultural e técnico do produtores dos bens materiais, assim como o grau de difusão da instrução, da literatura e das artes entre a população”⁴

Assim, cada grupo social possui uma cultura variada, adquirida por diferentes embates sofridos por seus componentes através da história. Como toda a sociedade necessariamente possui uma organização econômica, pode-se dizer que este é o único caráter universal da cultura, apresentando-se também de diferentes formas. A divisão social do trabalho surge, então, para especialização da atividade econômica⁵ e melhor forma de adaptação.

Nas sociedades primitivas, a divisão social do trabalho apresentava-se de forma simplificada, apresentando apenas duas funções: a dirigente e a executora. Estas divisões trazem desigualdades entre os membros da sociedade, mas, com o passar do tempo, a evolução da técnica torna o trabalho cada vez mais diferenciado, tornando suas divisões cada vez mais complexas. Essa divisão, por sua vez, gera uma ruptura, criando diversos grupos econômicos com interesses opostos que travam constantemente lutas entre si. Após essa ruptura, os diferentes grupos passam a agir no desenvolvimento posterior da sociedade, determinando as mudanças gradativas de sua estrutura: nasce a luta de classes que, como Marx e Engels afirmam em seu Manifesto Comunista, é o motor da história. Desde o início as classes não se acham em semelhantes condições e, logo, suas formas de adaptação são divergentes

⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. 10 ed. s.l. Difel Difusão Editorial. 1982.

⁵ KEESING, Félix. *Antropologia cultural II*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura. 1972, p. 347.

A sociedade é composta por indivíduos com necessidades materiais e espirituais específicas, mas, sendo este pertencente a uma classe e cultura, suas necessidades de adaptação se assemelham às dos demais indivíduos desta classe. Assim, a generalidade das necessidades de uma classe acaba por vencer as necessidades específicas do indivíduo, que ficam em segundo plano. Neste ponto travam-se discussões sobre o quanto o homem é um ser livre, pensando e agindo por si, e o quanto suas ações são determinadas pelas leis da sociedade – contudo, tal questão não será aqui debatida.

A evolução das forças produtivas da sociedade depende necessariamente da tríplice natureza/técnica/trabalho; e o conjunto dos elementos que surgem desta relação compõe os bens culturais de tal sociedade.

Para que os componentes de uma sociedade possam conviver em situações harmoniosas, convencionam-se algumas regras a ser seguidas. O aspecto cultural geral comporta o que deve-se fazer, o que não deve-se fazer e o que pode-se fazer, imposto, após a aparição do Estado, através de leis às quais a sociedade deve se submeter. Segundo Oppenheimer, o Estado é “uma instituição imposta pelos vitoriosos sobre o grupo vencido para consolidar sua conquista e explorar o derrotado por meio de uma classe dominante”.⁶ Dessa maneira, assumindo o posto de classe dominante, o Estado convencionam as regras a ser seguidas por seu povo de maneira a manter a ordem e, principalmente, seu grau hierárquico elevado, fixando seu domínio sobre as classes inferiores e sua posição no cenário político mundial. Dentre as regras fixadas para assegurar o “bem estar social”, o Estado dita também, através de leis asseguradas por sua Constituição, maneiras de uso dos bens culturais locais. A linguagem, meio artificial de suma importância para a adaptação à natureza e a vida em sociedade, constituindo o mais relevante bem cultural social, é um dos primeiros elementos a ser normatizado pelo Estado para assegurar seu poder. Ele define a língua oficial de seu território – no caso do Brasil, a língua portuguesa – e suas normas, obrigando todos os seus subordinados a usarem-na de acordo com a sua querência.

⁶ *Ibid.* p. 444.

3. LINGUAGEM E PODER:

A linguagem, como dito anteriormente, é um meio artificial criado pelos homens para travar a comunicação oral entre si de forma inteligível e prática, de modo a obter e transmitir conhecimentos que são passados socialmente através do tempo e da história – é a condição principal do desenvolvimento cultural. Quando um grupo social convencionou um conjunto de sinais, símbolos, palavras e expressões carregados de significações culturais, pode-se dizer que este grupo fala a mesma língua. A língua é fruto de um processo cognitivo fundamentalmente ligado às relações sociais e à cultura vigente nessas relações. O homem aprende a língua utilizada pelo meio social em que está presente, não sendo, de maneira nenhuma, a língua falada inerente ao ser – sendo somente a sua capacidade de comunicação e cognição. Assim, a língua é um bem cultural ligado aos seus falantes, transmitido através de gerações, emanado do povo em seu processo de construção social e adaptação à natureza. É, portanto, um produto social.

“Não são apenas simples palavras que estão sendo aprendidas, faladas, escritas e difundidas, mas toda uma conjuntura cultural, uma história e uma soberania representadas por uma língua comum, que deixam de ser ameaçadas de extinção ou de dominação quanto mais se afirma e reafirma esta mesma língua.”⁷

Os fatores históricos, as crenças, a política e as tradições, entre outros, são os determinantes básicos para a fixação das significações através de símbolos verbais

⁷ SILVA, Benedicto. *A língua portuguesa na cultura mundial*. [Porto]: Fundação FGV e Fundação Eng. Antônio de Almeida, [1992] p.53.

utilizados na sociedade. Essas significações são flexíveis, variando de acordo com a conjuntura cultural presente na sociedade.

Existem dois pontos relevantes do uso da linguagem que devem aqui ser colocados: o uso “culto” e o “popular”. Por linguagem “culto” entende-se o uso rebuscado da língua, uso que segue todas as regras gramaticais, léxicas e ortográficas impostas para o uso de determinado idioma. Esta é a língua usada oficialmente nos documentos e órgãos do governo; é a língua-padrão, transmitida às pessoas através das instituições de ensino da nação. É, sobretudo, utilizada em sua forma gráfica, escrita, através dos símbolos regrados que lhe competem. A linguagem “popular”, por sua vez, refere-se à língua utilizada pelas pessoas nas interações verbais do dia-a-dia, naturalmente, sem a preocupação de se seguir as regras impostas para o seu uso. É a forma coloquial, principalmente oral, de intercâmbio de idéias, de comunicação.

“A linguagem falada é *natural*, a escrita é *civilizacional*.
A linguagem falada é *momentânea*, a escrita é *duradoura*.
A linguagem falada é *democrática* (e *constante*), a escrita é *aristocrática* (e *episódica*).”⁸

Na sociedade moderna, a língua tornou-se um elemento identificador de classe, pois “a aprendizagem lingüística está estreitamente ligada à produção de uma identidade ideológica, que é o papel que o indivíduo exerce no interior de uma formação social”⁹. O usuário da língua carrega consigo, ao expressar-se através do verbo, da escrita ou da oralidade, todo o complexo cultural que apreendeu em toda a sua vida, formando sua identidade, e registra na comunicação os valores injetados em si através da interação social. Estes valores variam entre os grupos sociais, entre as diferentes classes, e, portanto, são expressos diferentemente com o caráter peculiar de cada grupo.

Quando um grupo social cresce demográfica e geograficamente, surge o Estado como elemento regulador da conduta de seus membros para assegurar a evolução e a integridade econômica desta sociedade. Desde seu surgimento, o Estado impõe-se como a instituição dominante da sociedade, sobressaindo-se à Igreja e à Família.

⁸ PESSOA, Fernando. *A língua portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras. 1999 p.55

⁹ FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática. 1988.p.44

O Estado regulariza os padrões que definem como sua língua oficial deve ser utilizada por seus utentes. Aqueles que não têm acesso às regras, devido a um sistema de educação precário, são postos como grupos marginalizados, fora dos padrões aceitáveis da sociedade. A falta de acesso à educação é um elemento afirmador da submissão das classes inferiores às dominantes, que, freqüentando instituições de ensino, obtêm conhecimento mais amplo sobre aspectos culturais e conhecimentos específicos procedentes de outras sociedades. Isso faz com que as pessoas “educadas” sintam-se superiores por possuírem tal bagagem intelectual, exercendo seu poder sobre as classes inferiores, que têm acesso apenas aos elementos pertencentes ao seu grupo social. O uso da língua torna-se um elemento afirmador e diferenciador de classes, sobretudo no que diz respeito à maneira como os diferentes grupos sociais conseguem se expressar através da palavra escrita.

O Estado, como instituição soberana reguladora das leis e normas às quais deve a sociedade se submeter, apropria-se da língua, que é um bem cultural próprio da sociedade como um todo, e regula-a à sua maneira, impondo uma gramática e uma grafia, de forma que a língua, como hoje se apresenta, passa a se associar à escrita nos ambientes de poder. Dessa maneira, o Estado controla a conduta dos cidadãos – adestrados de tal forma que se submetem e acatam às suas ordens sem ao menos se aperceberem – criando regras que apresentam uma falsa impressão de neutralidade.

“Assim como o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e ‘neutras’, também o código aceito ‘oficialmente’ pelo poder é apresentado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder.”¹⁰

Ao mudar regras da língua o Estado se mascara atrás de uma afirmação que supõe diminuir as barreiras sociais, pois garante que as regras estão expostas para quem quiser se utilizar delas. A verdade é que isto é uma falácia, pois a língua regrada não tem o alcance necessário e o aparato institucional da educação para fazer dessas regras um conhecimento verdadeiramente público. As regras convencionadas para o uso correto da língua deveriam, já que sancionadas, ser transmitidas através de um

¹⁰ GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes. 1985. p. 09

sistema educacional que assegurasse o acesso de todas as pessoas a elas, o que não acontece efetivamente no Brasil. Não oferecendo um sistema educacional público, gratuito e de qualidade a todos os membros da sociedade a qual governa, o Estado acaba por apoiar o preconceito lingüístico sofrido pelas pessoas que não dominam a norma “cultura” da língua, de forma a assegurar seu poder absoluto.

4. A LÍNGUA PORTUGUESA:

De forma meramente ilustrativa para melhor entendimento da problemática que se apontará a seguir, será exposto um relato sobre a formação da língua portuguesa, sua expansão e, posteriormente, em outro capítulo, sua consolidação no Brasil.

4.1. CHEGADA DO LATIM À PENÍNSULA IBÉRICA:

Os mais variados estudos lingüísticos sustentam que grande parte das línguas da Europa e da Ásia possui um radical comum, o *indo-europeu*. A este tronco comum pertenceu o ramo itálico que originou o Latim, que, por sua vez, originou todas as línguas românicas (como o francês, português, italiano, castelhano, etc.).

A língua latina existiu desde a fundação de Roma até a queda do Império Romano, período que vai do século VII a.C. ao século V d.C. Nascida na região central da Itália, o Latium, entre os homens da terra, absorveu os demais falares da região ao ponto de tornar-se a língua oficial de todo o Império Romano.

Havia duas modalidades diferentes da língua latina: o Latim Clássico – sempre escrito e utilizado com rigor nas escolas e Academias, subordinado às regras gramaticais – e o Latim Vulgar – língua falada do povo, informalmente, sem se ater às regras gramaticais. A linguagem “cultura” e a “popular”.

No século III a.C., os Romanos invadiram a Península Ibérica com o intuito de barrar a expansão de Cartago (hoje Túnis) – cidade situada ao norte da África que disputava com Roma o controle do Mar Mediterrâneo¹¹. Após vencer Cartago, em 197

¹¹ Guerra Púnica

a.C., os Romanos dominaram toda a Península Ibérica – dominação que demorara dois séculos para completar-se – não apenas politicamente, mas também, e com força, a sua cultura, o que veio a calhar na implantação, concretizada no século V d.C., por parte de Roma, do idioma oficial do Império na Península: o Latim. Ainda que o Latim adotado na região fosse o Latim Vulgar, este se tornou a língua das escolas, do comércio, do serviço militar, do serviço de correio e, por fim, do povo, suplantando as demais línguas faladas anteriormente na região.

Por volta do ano de 409, quando se deu a completa romanização da Península Ibérica – com esta tornando-se politicamente pertencente ao Império Romano –, os bárbaros germanos (alanos, suevos, vândalos e visigodos), após serem expulsos de suas terras pelos hunos e obrigados a se alocarem em outras terras, invadiram e conquistaram a Península Ibérica. Os vencedores incorporaram a civilização e a língua latina, mas esse episódio acarretou em uma dissolução da unidade política do Império que, entre outras coisas, fez enfraquecer os elementos unificadores do idioma, acarretando na não-uniformidade do falar entre a população e, por sua vez, na dialeção da língua. Com isso, o Latim Vulgar modificou-se e a língua falada na região recebeu a denominação de Romance – uma variante entre o Latim Vulgar e as línguas latinas modernas, tendo permanecido na Península Ibérica aproximadamente entre os anos de 600 a 1000 de nossa época.

As invasões dos bárbaros germanos são responsáveis por um enorme intercâmbio cultural que modificou intensamente as atividades políticas, religiosas, culturais e sociais de toda a Europa ocidental.

Em 711 os mouros atravessaram o hoje denominado estreito de Gibraltar e iniciaram a invasão à Península Ibérica – consequência da crise local. Apenas três anos depois eles já dominavam a maior parte territorial da península e precisaram de menos de uma década para tomarem-na por completo. Ao fim da invasão, o árabe é estipulado como língua oficial das regiões conquistadas, mas os peninsulares foram resistentes a esta imposição e permaneceram a utilizar o Romance para comunicar-se. Esta não aceitação por parte dos conquistados deve-se principalmente a diferenças de raça e religião onde a influência árabe maior se sucedeu.

A invasão moura durou mais de sete séculos, sendo iniciada a reconquista por parte dos povos que foram obrigados a deixar o sul da península, em geral cristãos, na primeira metade de século XI, no ano de 1045. Em 1263, quando dá-se a tomada do Algarve, completando o território português tal como é hoje, os árabes são expulsos em definitivo do território português.¹²

A permanência árabe na Península, ainda que longa e de elevado grau de civilização, pouca influência exerceu sobre a língua, deixando como herança apenas o conteúdo léxico – no português moderno existem cerca de mil vocábulos de proveniência árabe.

4.2 O GALEGO-PORTUGUÊS:

O período de dominação moura e a reconquista são determinantes para a formação das três línguas peninsulares: o galego-português, a oeste; o castelhano, no centro; e o catalão, a leste. Todas essas línguas surgiram ao norte do território e foram levadas ao sul através da reconquista.

O galego-português, idioma do qual originou-se a língua portuguesa, surgiu entre os séculos IX e XII e seus primeiros registros escritos datam do século XIII. Foi a língua utilizada em todo o território português desde a sua consolidação, no começo do século XII, quando isolou-se do reino de Leão, a leste, e da Galícia, ao norte, até meados do século XIV.

As fronteiras lingüísticas destas línguas foram impostas, sobretudo, pela evolução que culminou na ditongação de algumas vogais no centro da Península, atingindo apenas o castelhano, não o galego-português.

Quanto à grafia, foi no século XIII que foram estabelecidas algumas regras para o registro da língua. Essas regras eram bem regulares e com bases bastante fonéticas, mas ainda continham algumas incoerências e imprecisões. Este ponto será aprofundado mais à frente, no capítulo “A ortografia da língua portuguesa”.

¹² Portugal fixou-se como reino autônomo neste período, após o término da batalha de Ourique, iniciada em 1139 e finda em 1143, quando foi reconhecida a independência do Condado Portucalense.

4.3 DO GALEGO-PORTUGUÊS AO PORTUGUÊS:

A independência de Portugal e as mudanças culturais, sociais e econômicas ocorridas devido a ela fizeram com que o galego-português fosse gradativamente enfraquecendo-se, cedendo espaço para a aparição definitiva do português, que fortificou a unidade da nação.

Devido à instabilidade inicial de Portugal, até conseguir estabelecer-se como uma nação independente, a Corte e a Universidade transitaram constantemente dentro das fronteiras do país, levando a língua portuguesa para todas as regiões do país. As constantes traduções realizadas por religiosos, que já compreendiam que o Latim era uma língua, no momento, conhecida apenas pelo clérigo, também contribuiu para a promoção da língua no país e, em 1290, D. Dinis tornou a língua portuguesa o idioma oficial do território.

Embora declarada língua oficial de Portugal, o português, até o século XVI, era aprendido somente nas relações interpessoais, uma espécie de língua materna do povo português, enquanto o Latim era a língua aprendida nos bancos escolares. A língua era organizada e regulamentada progressivamente conforme o uso, passando a possuir algumas normas claras apenas com a publicação das duas primeiras Gramáticas da Língua Portuguesa – a de Fernão de Oliveira, em 1536; e a de João de Barros, em 1540.

É durante o século XVI que o português ganha forças, passando por diversas transformações devido aos agentes do Renascimento. O Renascimento em Portugal, como no restante da Europa, trouxe à tona o fascínio pelas formas clássicas de outrora e instigou ao estudo das línguas grega e latina. Atendo-se principalmente à língua latina, diversos mestres e escritores passaram a aprofundar-se no estudo teórico da língua e, naturalmente, acabaram por introduzir na língua portuguesa uma série de latinismos, aportuguesando-os.

Além dos estudos e do fascínio pela língua latina, os portugueses adotaram, da metade do século XV ao fim do século XVII, a língua espanhola como segunda língua, utilizando uma espécie de castelhano de Portugal (TEYSSIER, 2007, p.88), no qual o espanhol fora contaminado pelo português. Ao português, restaram apenas influências vocabulares da língua espanhola.

A evolução que se segue do português europeu do século XV até os dias atuais é de ordem fonética, morfológica, sintática e vocabular – as quais não serão aqui discutidas. Quanto à grafia, como dito anteriormente, esta será discutida no capítulo “A ortografia da língua portuguesa”.

4.4 EXPANSÃO MARÍTIMA E CONSEQÜÊNCIAS PARA O PORTUGUÊS:

Ao final do século XV, Portugal inicia sua empreitada marítima à busca de novos caminhos e novas terras além-mar. Pode-se dizer que, juntamente com os descobrimentos e a expansão marítima, expandiu-se também o Português. O primeiro foco de colonização e expansão territorial da língua portuguesa por volta de 1430, se dá com a conquista das ilhas de Madeira e Açores, ainda hoje pertencentes a Portugal. A costa da África passou a ser desbravada pelos pioneiros portugueses a partir de 1441.

A expansão marítima e a troca cultural e mercadológica ocorrida devido aos descobrimentos trouxeram ao vocabulário português inúmeras palavras que foram incorporadas pelos habitantes da metrópole. E, por sua vez, os colonizadores viam-se obrigados a utilizar-se da língua portuguesa de acordo com sua pretensão no território. Constantemente, os invasores aproveitavam-se do baixo nível civilizacional encontrado nas terras conquistadas e estabeleciam-se ali para obter vantagens estratégicas, políticas e econômicas sobre o local e seus habitantes. No que diz respeito às invasões portuguesas, isto ocorreu, sobretudo, nos países africanos nos quais aportaram durante os séculos XV e XVI, sendo a principal fonte comercial o tráfico de negros, moradores locais, vendidos como escravos.

Impondo-se através da força e de instrumentos bélicos mais avançados que os ali encontrados, os portugueses infiltraram seu idioma nestes países a fim de obterem o máximo de proveito de seus recursos. Este fato fez do português a primeira língua européia a firmar-se entre os povos não-europeus.

5. O PORTUGUÊS INTERNACIONAL:

Com a expansão marítima e a colonização de diferentes terras na África, Ásia e América, Portugal estendeu consideravelmente o território de atuação da língua portuguesa, atingindo hoje a seguinte área geográfica, segundo A. Gomes da Costa:

“O Brasil, da Amazônia ao Chuí; Portugal, com os arquipélagos atlânticos da Madeira e dos Açores; os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa, a saber: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe; o território de Macau, ao sul da China; Timor-Leste; o *Portuguese settlement*, na península da Malaca, com o Papiá Cristão; alguns segmentos de goanos; e mais de 3 milhões de emigrantes portugueses espalhados por diversos países de acolhimento.”¹³

Em Portugal, Brasil, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola, Moçambique e Timor-Leste, a língua portuguesa é a língua oficial do Estado, mas apenas nos dois primeiros referidos países o idioma encontra-se como a língua materna da maioria de seus habitantes. Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, PALOP, a língua materna utilizada pela maioria de seus habitantes é o crioulo de base portuguesa. “Os crioulos são línguas naturais, de formação rápida, criadas pela necessidade de expressão e comunicação plena entre indivíduos inseridos em comunidades multilíngües relativamente estáveis.”¹⁴ O crioulo é, nos países

¹³ SILVA, Benedicto. *A língua portuguesa na cultura mundial*. [Porto]: Fundação FGV e Fundação Eng. Antônio de Almeida, [1992]

¹⁴ MATEUS, Maria Helena Mira; VILLALVA, Alina. Como se sabe que uma língua é uma língua? In: MATEUS, Maria Helena Mira; A. *O essencial sobre linguística*. [lisboa]: Caminho, 2006. p.23

mencionados, uma mistura entre o português levado pelo colonizador, que contribui em grande parte com o léxico da língua, e as línguas nativas já existentes na região. Embora no Brasil o português também tenha recebido influências das línguas nativas pré-existentes à colonização, não se pode considerar a língua cá falada como um crioulo, pois o português sobrepôs-se às misturas lingüísticas acertadas para a comunicação geral no princípio do processo de colonização. No Timor-Leste, além do português, o tétum é também língua oficial do Estado.

Pautando-se em dados atuais referentes à população existente nos oito países de língua oficial portuguesa, conclui-se que Portugal obteve muito êxito em seu projeto de disseminar a língua portuguesa, utilizando-a como forma de expressão de seu poder mundial – sobretudo na época em que o difundiu. A população destes países, numericamente, é registrada em torno de:

Angola: 16.800.000 – dados de 2009
Brasil: 191.480.630 – dados de 2009
Cabo Verde: 499.796 – dados de 2008
Guiné-Bissau: 1.548.159 – sem data
Moçambique: 20.226.296 – dados de 2007
Portugal: 10.617.575 – sem data
São Tomé e Príncipe: 151.912 – sem data
Timor-Leste: 992.000 – dados de 2005
Total: 242.316.368

Com estes dados, pode-se perceber que Portugal não chega a corresponder a 5% da população mundial que possui o português como língua oficial de seu Estado. Há ao menos dois pontos de vista referentes a estes dados: o primeiro enfoca o baixíssimo percentual português de falantes de sua língua original. Este fato gera um abalo na identidade do povo português, que, para assegurarem-se como os verdadeiros donos da língua, muitas vezes menosprezam, principalmente, o falar brasileiro, dizendo-o ser outra língua. O Brasil, além de ser responsável por aproximadamente 79% dos falantes da língua portuguesa, é alvo de alguns portugueses por apresentar maior distância

fonética e morfológica do português praticado em Portugal em comparação aos demais países de língua oficial portuguesa. O outro aspecto a ser notado nesses dados é o verdadeiro sucesso português referente à imposição de sua língua pelos lugares que colonizou, pois este fator fez com que a língua portuguesa crescesse 2.182% fora do território português, segundo dados atuais. Este fato é notabilíssimo no que confere à política de dominação portuguesa – neste aspecto, bem sucedida. A língua portuguesa é apontada, por um estudo realizado pela FGV, com a coordenação de Benedicto Silva (1992), como a sétima língua mais falada no mundo em 1990, ficando atrás apenas de, na ordem: chinês, inglês, hindi, espanhol, russo e árabe. Fechando o quadro apresentado das dez línguas mais faladas do mundo, apresenta-se o francês, o bengali e o japonês seguindo a língua portuguesa, respectivamente.

6. O PORTUGUÊS BRASILEIRO:

A exposição a ser feita aqui sobre a história do português brasileiro contará com aspectos mais sociais que a feita anteriormente, sobre a consolidação do idioma em Portugal. Como o idioma em questão já está consolidado em si, apresentar-se-á o modo de imposição da língua no País, mostrando, conjuntamente e de forma simplista, somente para uma pequena ilustração, o modo de formação das primeiras classes sociais brasileiras.

Quando Pedro Álvares Cabral, no dia 22 de abril de 1500, aporta em terras brasileiras com sua esquadra, inicia-se o processo de dominação portuguesa de nosso território – política, econômica e culturalmente.

O início e a efetivação deste processo de colonização ocorreu no ano de 1532 e é quando a língua portuguesa passa a se infiltrar em nosso país através da língua oficial dos homens que cá chegaram para exploração do local: os portugueses. A dominação política deu-se logo que os portugueses começaram a povoar o território brasileiro, começando pelo litoral do País. Essa dominação aconteceu, como nos demais países colonizados por Portugal, com o auxílio de material bélico desconhecido pelos, então, moradores locais: os índios. Na época, “o aparelho do Estado, na colônia, é rudimentar; suas funções são provindas da metrópole”¹⁵. A conjuntura ainda não exige uma ação

¹⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese da História da Cultura Brasileira*. 10 ed. s.l. Difel Difusão Editorial. 1982.

sistemática que supra as necessidades educativas e culturais, pois a terra ainda é apenas uma extensão das terras portuguesas.

A fim de apropriar-se de tudo o que consideravam valioso no novo território, os portugueses aproveitaram-se do baixo nível civilizacional (comparando-se à técnica portuguesa) dos nativos e tomaram o que lhes convinha. Para tanto, usaram de sua força para obrigar os índios a trabalharem para si. Como os índios eram tidos como um povo preguiçoso, sobre o qual os portugueses não conseguiam sucesso na escravização, a partir de 1535 os colonizadores passam a importar escravos negros trazidos de países da África para fazer o trabalho braçal que os índios eram supostamente inaptos a fazer. Assim, o índio, o negro e o português constituem as três bases da população brasileira do período colonial (TEYSSIER, 2007, p.93).¹⁶ No que se refere à língua nacional, é também esta tríade que consolida o idioma no País, sendo a contribuição portuguesa a mais importante.

No início, apenas o litoral era ocupado pelos colonizadores, restringindo a área inicial de aplicação da língua portuguesa. A ocupação do interior do País dá-se, sobretudo, com a fundação da cidade de São Paulo e, posteriormente, com a descoberta de minerais preciosos, no século XVIII, ainda mais adentro. O Brasil apresenta-se como um país rural e seus movimentos culturais e intelectuais são demasiado limitados, sendo os religiosos tidos como os “únicos elementos dotados de cultura”.¹⁷ Estes religiosos, os jesuítas, vinham ao Brasil para tentar converter os índios, que possuíam suas próprias crenças e religiões, ao cristianismo, com o intuito de salvar suas almas. Para catequizar estes índios, foram obrigados a travar um meio de comunicação comum. Os jesuítas eram os responsáveis por, além de suas atividades religiosas, toda a estrutura de ensino da colônia. O meio de comunicação comum travado entre os portugueses – jesuítas – e os nativos foi denominado *língua geral*, que é uma espécie de tupi (língua utilizada pelos indígenas), simplificado e gramaticalizado pelos jesuítas, tornando-se uma língua comum (TEYSSIER, 2007, p..94) – embora a língua oficial do Estado fosse o português, empregado em documentos oficiais.

¹⁶ Sobre a miscigenação brasileira ver Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre.

¹⁷ *Ibid.* p.12

Até o século XVIII, antes da exploração mineira, o País era constituído por duas classes sociais: a classe dos senhores de escravos e donos de terras – classe dominante, constituída por poucas pessoas – e a classe dos escravos – a classe dominada, com um número maior de pessoas que a primeira. Devido ao menor número de pessoas da classe dominante, foi estratégico incorporar o idioma indígena acrescido de regras – a língua geral – para que pudesse manter sua posição de domínio ao conseguir travar relações com as outras raças de convívio no território.

Para desbravar o interior do País em busca de ouro, foram organizadas Bandeiras com homens que também se utilizavam da língua geral em suas expedições. O início da mineração marca o início, além da interiorização efetiva do País, de uma nova classe social no Brasil, precedente ao aparecimento da burguesia, a chamada pequena burguesia, que era uma classe intermediária às já existentes.

A atividade da mineração dispersa pela primeira vez a importância dada ao domínio da terra e o que passa a ser de ampla cobiça e importância é a autorização para garimpar. Esta atividade não é mais uma atividade fixa como o era a atividade latifundiária escravista, agora a atividade desloca-se de local a local ao esgotarem os recursos, ou, melhor dizendo, o ouro. A atividade mineradora fez subir consideravelmente a população do País durante o século XVIII, devido à migração de portugueses que se valeram da possibilidade de obtenção de lucros isoladamente, algo que o antigo sistema latifundiário não permitia. A abertura deste novo modo de obtenção de capital no proveito da natureza brasileira fez com que se desenvolvesse, concomitantemente, o mercado interno nacional. Este mercado interno gera o comércio feito para suprir as necessidades dos mineradores, tais como alimentação e objetos de uso, produzidos anteriormente em pequenas escalas e consumidos e utilizados em seus locais de origem. A partir de então, as divisões sociais do trabalho ampliam-se, cada vez mais variadas, fazendo aumentar também o número de pessoas pertencentes à classe intermediária e esta passa a ser maior do que a classe dominada. Assim

“se desenvolve o aparelho do Estado, ramificando-se em milícias, órgãos de justiça, repartições fiscalizadoras e arrecadadoras, forças policiais e militares, hierarquia religiosa. E, com importância que acontece na colônia como algo novo, atividades culturais que se abrem em larga faixa, desde aquelas tradicionais – a do clero, por exemplo – até outras, inéditas

até então, como as jurídicas e mesmo as administrativas, colocadas agora em nível de complexidade que antes não existia.”¹⁸

O aumento da população portuguesa no Brasil fez com que crescesse o número de pessoas falantes da língua portuguesa, mas a língua geral continua a sobrepor-se ao português. Marquês de Pombal, então, como forma de assegurar o poder de Portugal sobre sua colônia, usou da força da lei para impor no Brasil a língua portuguesa. Primeiramente nos estados do Pará e Maranhão, em 1757, e, posteriormente no restante do País, em 1758, uma provisão, denominada Diretório, provinda do Marquês de Pombal proibiu o uso da língua geral em todo o território nacional e impôs oficialmente o uso do português. Logo após, em 1759, os jesuítas, principais defensores da língua geral no Brasil, foram expulsos do território nacional. Este fato abalou consideravelmente a estrutura de ensino do País e, pela primeira vez, o Estado interferiu efetivamente na educação, mais especificamente na solução do problema causado pela expulsão dos jesuítas. Foi instituído o ensino público, obrigando-o a lecionar a língua portuguesa e somente nesta língua. A língua portuguesa apresenta-se neste episódio como um grande instrumento de manipulação do dominante para garantir seu poder sobre o dominado; um instrumento utilizado por Portugal para garantir sua dominação sobre o Brasil. É um elemento de força que acaba por instalar-se efetivamente menos de cinquenta anos após o Diretório, eliminando a língua geral como a língua comum na nação, restando dela apenas algumas palavras incorporadas ao léxico do português no Brasil.

O português instituído no Brasil diferencia-se muito do português praticado em Portugal, principalmente devido às influências que este recebera, em seu primeiro momento, das línguas indígenas e africanas. A língua portuguesa brasileira apresenta modificações fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e lexicais. Com essas diferenças devidamente registradas, inclusive cientificamente, a gramática da língua apresenta-se forçosa no Brasil, seguindo os preceitos da língua, ainda hoje, como esta é utilizada em Portugal, mas como o enfoque desta monografia é dado, sobretudo, à ortografia da língua, não serão aprofundadas aqui

¹⁸ *Ibid.* p. 26

as questões pertinentes a estas diferenças entre a língua portuguesa nos dois países.

A vinda da família real, em 1808, foi de imensa contribuição para o quadro cultural do Brasil. A primeira medida a ser exposta é a mudança da capital do País de Salvador para o Rio de Janeiro, chegando à nova capital cerca de 15.000 portugueses juntamente com a Corte. Atribuições de D. João VI, príncipe regente do Brasil, tornando-se rei em 1816 (TEYSSIER, 2007, p.96), que apresentam aspectos mais importantes para a língua portuguesa brasileira consistem na fundação da Biblioteca Nacional e, principalmente, na criação da imprensa no Brasil. A imprensa representou para a língua portuguesa no Brasil sua perpetuação para além da literatura, em sua forma escrita.

O Brasil consegue sua independência política de Portugal no ano de 1822, mas a herança cultural provinda do período de colonização, incluindo formas de organização política e militar, sua economia, a estrutura educacional, e, sobretudo, a língua, deixa rastros que jamais serão apagados no tempo e na história. Este período é marcado por um forte sentimento nacionalista, com a tendência do povo brasileiro a valorizar tudo o que traz traços genuinamente nacionais. A língua recebe grande importância no tratamento do que é nacional, tentando-se legitimá-la como uma outra língua, a língua brasileira, e não uma variante da língua portuguesa. Embates com essa mesma questão são travados até hoje entre escritores, políticos, gramáticos e lingüistas, com opiniões divergentes, o que mantém, e manterá se assim quiser o bom senso, como sendo a língua portuguesa a língua oficial do Brasil.

Após a independência, abrem-se as portas para imigrações diversas, além da portuguesa, trazendo para o País pessoas com diferentes cargas culturais e, claro, outras línguas. As imigrações ocorreram principalmente entre os anos de 1870 e 1950 (TEYSSIER, 2007, p. 97). Esses imigrantes acabam por influenciar também a língua portuguesa, principalmente no que diz respeito ao léxico e à fonética (que, como dito anteriormente, são aspectos da língua que não serão tratados nesta monografia).

A língua portuguesa transplanta-se para o Brasil, de forma eficiente, não só como a língua oficial do Estado brasileiro, mas também como a língua materna da

maioria dos habitantes do País. Além das línguas maternas dos imigrantes que cá habitam, existem ainda muitos indígenas que comunicam-se entre si com línguas remanescentes do massacre cultural infligido pelos portugueses para assegurarem seu poder sobre o País e seus habitantes.

7. A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA:

A história da ortografia da língua portuguesa é dividida em três fases distintas: período fonético, período pseudo-etimológico e período moderno ou simplificado.

O período fonético compreende a língua utilizada desde a consolidação do território português, no século XIII, até meados do século XVI. Neste período, como o nome sugere, a grafia da língua era feita baseando-se na pronúncia das palavras, na fonética. Foi neste período que começou-se a traçar algumas normas gráficas para o português, então galego-português, mas estas apresentavam diversas incongruências. Como a língua possui diversas maneiras de expressão oral, dependendo da região, povoado, grupo social, ou pessoa que a utiliza, sendo uma característica identitária, havia diversas maneiras de se grafar a mesma palavra, podendo sons iguais serem representados de diferentes maneiras e, também, diferentes maneiras de representação do mesmo som.

Com o Renascimento trazendo à tona o fascínio pelas formas clássicas de outrora, a língua portuguesa foi um importante instrumento neoclássico, adotando para si diversos elementos da antiguidade, principalmente grega e latina. Isto refletiu também em sua grafia, que passou a basear-se nos étimos latinos e gregos para a forma de sua escrita. Essa época corresponde ao período pseudo-etimológico, que vai do Renascimento, em meados do século XVI, ao início do século XX, quando a grafia simplifica-se. Ainda neste período não havia uma regra fixa para a grafia da língua portuguesa e a base etimológica, grega ou latina, muitas vezes não era fiel às suas origens, sendo inventada para exaltar as antigas línguas. Neste período, a língua

portuguesa aparecia como a maior forma de afirmação política de Portugal, que iniciou sua expansão territorial ultramarina e levou sua língua para além-mar como forma de afirmação do domínio dos territórios conquistados. A forma extravagante da grafia etimológica pode ter sido uma maneira de afirmar a unicidade da língua, diferenciando-a cada vez mais da língua espanhola. Como a grafia etimológica ainda não apresentava uma norma única de escrita, Portugal viu-se obrigado a normatizá-la para garantir a unidade da língua portuguesa. Em 1885, A. R. Gonçalves Viana e G. de Vasconcellos Abreu lançaram as *Bases da Ortografia Portuguesa*, que, antevendo as divergências do porvir, trazia em sua nota explicativa:

“Assim começará a preparar-se a crítica de todos os indivíduos, que, por se prezarem de Portugueses, não queiram que estrangeiros censurem não haver, para nossa formosíssima língua, ortografia científica e uniforme a que deva chamar-se ‘Ortografia Portuguesa’. No futuro Congresso que temos a peito convocar em breve, essa crítica será o único juiz a que todos nós os Portugueses havemos de nos sujeitar para adopção de ortografia portuguesa e rejeição absoluta de toda ortografia individual, seja quem for seu autor.”¹⁹

Este foi o início do período moderno, ou simplificado, da ortografia portuguesa, que efetivou-se em 1911, com a adoção oficial de Portugal às regras ortográficas pré-estabelecidas, e que vai até os dias atuais. A reforma ortográfica surgiu não apenas de uma necessidade de simplificação da ortografia, mas principalmente devido à falta de uniformidade na grafia de textos oficiais quando foi implementada a república em Portugal, em 1910. O aspecto da língua escrita modificou-se completamente, aproximando-se muito do atual, trazendo novamente aspectos fonéticos da língua, com a diferença de agora serem uniformes.

A adoção dessas novas normas ortográficas não foi extensiva ao Brasil, que continuou a usar a ortografia com bases pseudo-etimológicas – fato que distanciou a ortografia dos dois países.

¹⁹ VIANA, Gonçalves; ABREU Guilherme. *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1885

7.1 ACORDOS ORTOGRÁFICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA:

A Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia das Ciências de Lisboa (ACL) passaram a buscar uma ortografia comum aos dois países, trabalhando em conjunto a partir de 1924. Este trabalho conjunto culminou em um acordo comum firmado em 1931, no qual a grafia brasileira iria ao encontro da, então atual, grafia portuguesa. Após este acordo, as Academias lançaram vocabulários, a ACL em 1940 e a ABL em 1943, que apresentavam divergências ortográficas entre si. Assim, ainda em 1943, houve uma convenção ortográfica entre Brasil e Portugal que resultou no Acordo Ortográfico de 1945. Este Acordo virou lei em Portugal, mas não foi aprovado pelo Congresso brasileiro – que continuou a usar a ortografia publicada em 1943.

Em 1971, no Brasil, e em 1973, em Portugal, foram promulgadas alterações ortográficas que suprimiam os acentos gráficos responsáveis por 70% das divergências entre as duas ortografias. As duas Academias juntaram-se novamente para a elaboração de um novo projeto de acordo, em 1975, que não foi aprovado oficialmente por Portugal, devido ao conturbado momento político em que se encontrava, – período em que foi aprovada a Constituição portuguesa.

José Sarney, presidente do Brasil na época, convocou uma reunião com representantes dos, então, sete países de língua oficial portuguesa, no Rio de Janeiro, em 1986, para debater as ortografias e gerar um novo acordo ortográfico. O acordo ortográfico gerado deste encontro também não foi efetivado, sobretudo devido às críticas recebidas quanto à supressão dos sinais diacríticos das palavras proparoxítonas, recebendo acusações de deveras radical.

Atendendo às críticas feitas ao acordo de 1986, em 1988 foi criado o “Anteprojecto de Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa”, que culminara no Acordo Ortográfico de 1990.

7.2 NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA:

Em 1990, reuniram-se, novamente, desta vez em Lisboa, representantes dos sete países de língua oficial portuguesa – Brasil, Portugal, Angola, Cabo-Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau – para firmarem um novo acordo ortográfico entre as nações lusófonas.

A data prevista para a implementação do acordo nos sete países lusófonos era o dia 1 de janeiro de 1994, e, segundo consta no corpo do projeto, todos os países participantes deveriam ratificá-lo para validá-lo. Apenas Brasil, Portugal e Cabo-Verde (após a data prevista para a implementação) ratificaram-no, o que deixou sua entrada em vigor pendente e causou um novo encontro, após oito anos da assinatura do Acordo, entre representantes dos países lusófonos a fim de reaver sua implementação. Neste encontro de 1998, acontecido na cidade da Praia, em Cabo-Verde, foi assinado um “Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico” que retirava sua data de implementação, sendo-a quando todos os países participantes ratificassem o Acordo. Novamente somente Portugal, Brasil e Cabo-Verde ratificaram-no, deixando mais uma vez pendente a entrada em vigor das novas regras ortográficas.

Em 2004, reuniram-se em São Tomé e Príncipe os representantes dos sete países que assinaram o Acordo Ortográfico de 1990 e seu Protocolo Modificativo, juntamente com representantes do Timor-Leste – que após sua independência passou a integrar a comunidade lusófona, sendo um país de língua oficial portuguesa. Deste encontro saiu o “Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico”, que constava a adesão do Timor-Leste, e a obrigatoriedade da ratificação de apenas três dos países envolvidos para que o acordo entrasse em vigor neles. A não ratificação de todos os membros, apenas de três, permite a entrada do acordo em vigor nos países que o ratificaram, mas não impõe sua obrigatoriedade, sendo esta imposta com a ratificação de todos os signatários do Acordo. Novamente Brasil e Cabo Verde ratificaram o acordo, em 2004 e 2005, respectivamente, e, em 2006, São Tomé e Príncipe ratificou o Acordo e seus dois Protocolos Modificativos, fato que permitiria a entrada do Acordo em vigor.

Para não iniciarem a união ortográfica com uma desunião, os governos que ratificaram o Acordo e seus Protocolos esperaram uma posição do governo português para colocarem a nova ortografia em vigor em seus países. Portugal ratificou o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo em 2008 e as discussões sobre a implementação das novas regras ortográficas voltaram com suas soluções. A situação atual da ortografia da língua portuguesa nos oito países que a tem como língua oficial é:

Angola – o país ainda não ratificou o Acordo e seus Protocolos Modificativos, mas diz-se interessado em fazê-lo e que adotará a nova ortografia tão logo ratificar os documentos.

Cabo Verde – adotou oficialmente as novas regras ortográficas em 1º de outubro de 2009.

Guiné-Bissau – o Acordo foi ratificado em novembro de 2009, mas as novas regras ainda não entraram em vigor.

Moçambique – o governo de Moçambique, juntamente com o de Angola, ainda não ratificou o Acordo, sem data de previsão para tal.

Portugal – após ratificação do documento que impõe a nova regra ortográfica no país, este passou por diversas datas previstas para a implementação da nova lei e a atual previsão para a entrada em vigor da nova ortografia é 1º de janeiro de 2010.

São Tomé e Príncipe – ainda que o país tenha ratificado o Acordo e seus dois Protocolos em 2006, permitindo a entrada das novas regras ortográficas em vigor, estas ainda não foram implementadas oficialmente pelo governo, que aguarda a implementação destas pelos demais países lusófonos.

Timor-Leste – o Acordo e seus protocolos foram ratificados pelo país em setembro de 2009, mas as novas regras ortográficas ainda não entraram em vigor.

Brasil – o Brasil foi o primeiro país a adotar oficialmente as novas regras ortográficas estabelecidas pelo Acordo Ortográfico de 1990, em 1º de janeiro de 2009. Já em maio de 2008, mês em que a Assembléia da República de Portugal ratificou o Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo, o governo brasileiro publicou no Diário Oficial a determinação de que todos os livros didáticos a serem distribuídos em 2010 deverão necessariamente estar grafados na nova ortografia. O País estipulou um tempo de adaptação para a nova ortografia em que ambas estarão em vigor. Este período vai de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, sendo o dia 1º de janeiro de 2013 a data em que começará a ser aceita pelo governo apenas a nova ortografia.

8. CONCLUSÃO:

A língua portuguesa, como fora mostrado nos capítulos antecedentes, teve sua origem, consolidação e difusão concretizadas através de políticas de afirmação de poder, desde sua origem, no Latim, imposto pelo Império Romano na Península Ibérica após sua dominação, até a formação da língua portuguesa que foi imposta no território português como forma da afirmação da independência do Condado Portucalense. A formação da língua portuguesa abarcou uma dupla afirmação de poder: internamente, reforçando a fixação do território, e externamente, sendo levada e firmada nas terras além-mar conquistadas por Portugal.

A unificação da grafia do português, ocorrida com a primeira reforma ortográfica da língua, também foi uma estratégia política de afirmação do poder, exaltando a implementação da República Portuguesa. Firmaram-se regras para o uso da língua com o intuito de impedir críticas estrangeiras, sobretudo espanhola, que afirmavam a falta de unidade e independência política da nação. Até esta primeira reforma ortográfica ocorrida em Portugal, a ação sobre a língua era conjunta, ditada pelo povo através de seu uso, uma exaltação comunitária da cultura local.

A reforma adotada em 1911 continha em seu primeiro projeto as *Bases da Ortografia Brasileira*, de Gonçalves Viana e Guilherme Abreu, chamada para a união de todos os portugueses que haviam estudado o assunto, em uma comoção nacional, para se fazer o trabalho de unificação ortográfica conjuntamente. As *Bases* entendiam, em seus “princípios gerais de toda ortografia”, que 1º “Uma língua é um facto social; não depende do capricho de ninguém alterá-la fundamentalmente” e 2º “Como facto social é

produto complexo, variável por evolução própria da sociedade cujas relações serve”. A nação portuguesa, neste período, como um todo, pretendia firmar sua identidade e independência, reconhecendo na unificação ortográfica de sua língua usual um importante instrumento para tal.

A sobreposição dos detentores do poder para a normatização das regras referentes ao uso gráfico da língua passa a acontecer quando as Academias (Academia Brasileira de Letras e Academia das Ciências de Lisboa) passam a travar contato entre si, e somente entre si, para que se corrija o, segundo elas, gravíssimo erro cometido ao se reformar a ortografia em Portugal e não no Brasil. A necessidade da reforma ortográfica de 1911 atendia às necessidades da conjuntura portuguesa, não à brasileira, não sendo, então, um erro a reforma ter-se aplicado somente em Portugal, visto que o Brasil é uma nação com uma dinâmica social e cultural distinta da portuguesa, resultando em diferentes mecanismos que fazem evoluir a língua e sua ortografia, (A QUESTÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO. s.d. pág. 55). Acontece que, no Brasil, mesmo com os movimentos que mais exaltavam o brasileiro, como o Romantismo e o Modernismo, havia, e ainda há por parte de algumas pessoas, a sensação de que a língua portuguesa é realmente portuguesa e a Portugal pertence, cabendo ao Brasil apenas acatar as normas ditadas para o uso da língua por seus “verdadeiros donos”.

Há, desde 1924, a discussão entre a ABL e a ACL para entrarem em um consenso quanto à ortografia da língua portuguesa. Esta discussão exclui os demais utentes da língua portuguesa, deixando-os apenas como espectadores da “evolução” da língua, representada em sua grafia. A ordem lingüística passa a ser inversa, uma vez que agora a língua não mais “prossegue em sua evolução como reflexo das alterações sociais da comunidade”²⁰, e sim há alterações na sociedade para adequarem-se as novas regras estabelecidas pelo Estado.

As razões apontadas pelos Estados para a unificação da ortografia são diversas, sendo proferidas, por Brasil e Portugal primeiramente, e agora pelos governos dos seis demais países de língua oficial portuguesa que participaram da elaboração do Novo

²⁰ PRETI, Dino. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. 2004. p. 19

Acordo Ortográfico da Língua e seus dois Protocolos Modificativos, como necessária para a integridade da língua.

A Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), organismo fundado por integrantes dos oito países de língua oficial portuguesa para a promoção e difusão da língua, expressa a unificação da ortografia como uma maneira de fortalecer a língua portuguesa em âmbito mundial, dando a ela maior visibilidade. Com a unidade ortográfica, as instituições internacionais podem redigir seus textos sem terem de optar por uma das duas ortografias do português, facilitando o uso da língua como uma língua de trabalho de caráter universal. O objetivo é levar maior visibilidade para a CPLP, acarretando na melhoria da economia, relações internacionais, diplomacia, política e comércio destes países.

Estes argumentos são coerentes se forem analisados de forma superficial, sem fazer alusão à realidade da língua portuguesa dentro dos países que a têm por oficial. A movimentação e a mídia gerada, principalmente por este último acordo, realmente trazem maior visibilidade internacional para os membros da CPLP, mas a unificação em si não o faz. Línguas como o inglês, que é a língua de maior representação mundial, e o espanhol, principal língua “concorrente” do português devido à história, não possuem grafias comuns nos diferentes países em que são adotadas como oficiais e nem por isso são tidas como línguas de pouco alcance mundial.

Outro fato relevante a ser apontado é que a unidade ortográfica da língua não acarreta em sua unidade léxica. As diferenças entre as palavras utilizadas em cada um dos países de língua oficial portuguesa continuarão a existir, o que obriga também a pessoa ou instituição que for utilizar-se da língua a optar por uma ou outra maneira de fazê-lo. A unificação ortográfica, assim, tem seu maior argumento deposto, pois a unidade ortográfica não garante a unidade da língua, e a projeção internacional continua a depender de escolhas feitas sobre uma ou outra maneira de utilização do português.

Para realmente garantir a integridade da língua, a realidade desta nos países da CPLP, internamente, é que deveriam ser analisadas e discutidas, para depois pensar-se uma maneira de exaltar a língua portuguesa na cultura mundial. Começando por pensar-se em como fortalecê-la dentro dos Países Africanos de Língua Portuguesa

(PALOP), que só a têm por língua dos órgãos oficiais e não como a língua materna de seu povo, que usam, em geral, o crioulo para sua comunicação do dia-a-dia. Somente quando a língua apresentar-se forte internamente em todos os países é que se poderá pensar em ações efetivas para internacionalizá-la, sendo realmente uma língua de oito países distintos.

As reformas ortográficas fazem, por sua vez, a língua caminhar em sentido oposto, pois a população dos países subdesenvolvidos, sete dos oito membros da CPLP, não possui um sistema educacional eficiente para alfabetizar totalmente sua população. Como afirma José Lara:

“Convenhamos em que outra reforma ortográfica, nesta altura – quando a ortografia atual, após 43 anos de uso, não foi totalmente digerida por muita gente boa, inclusive por professores – só servirá para tumultuar e complicar este nosso já tão decadente ensino e contribuir para degradar ainda mais a nossa língua, já tão aviltada”²¹

Para assegurar a robustez da língua portuguesa, deve-se primeiramente discutir questões quanto à sua literatura, os métodos de sua aprendizagem quando esta não é língua materna, a didática empregada nas escolas, mensurar o alcance da escrita em seus falantes; só então pode-se pensar em projetar a língua mundialmente, pois, após revistas questões deste alcance, a língua terá seu corpo forte, conciso, pronto para novamente ganhar espaço. A alfabetização é uma questão importante a ser levada em consideração, pois se já é de difícil maneira a alfabetização plena dos habitantes de um país²², a re-alfabetização destes dá-se de forma ainda mais complicada, já que mudanças nunca são de fácil aceitação psicológica, sobretudo na vida adulta.

A intenção do Estado de reformular a ortografia do país pode trazer em sua essência uma questão que vai muito além da promoção e difusão da língua para reforçar a política internacional da CPLP. A dificuldade de re-alfabetização das pessoas acaba por tornar o acesso à língua “cultura”, à linguagem padrão, cada vez mais difícil, o que acaba por fortalecer ainda mais o domínio das classes dominantes do país sobre

²¹ OLIVA, Jero. *Brasil e Portugal: desencontros de linguagens*. s.l.: Ciência Jurídica, s.d. p. 128

²² Segundo dados divulgados pelo IBOPE em dezembro de 2009, o Brasil possui 7% de sua população total de analfabetos, 21% de analfabetos rudimentares e 47% de analfabetismo básico.

as classes inferiores que, se um dia obtiveram acesso às regras ortográficas, com a reforma não o obterão mais devido aonaparto educacional falho. O Estado, pertencente à classe dominante e organismo oficial legitimador de normas, acaba por fortalecer sua posição de poder ao mudar a ortografia do país, permanecendo como o detentor da norma “cultura” da língua e aumentando a disparidade entre as classes.

“Somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas, por exemplo, tem acesso a uma variedade ‘cultura’ ou ‘padrão’, considerada geralmente ‘a língua’ e associada tipicamente a conteúdos de prestígio. A língua padrão é um sistema comunicativo ao alcance de uma parte reduzida dos integrantes de uma comunidade; é um sistema associado a um patrimônio cultural apresentado como um ‘corpus’ definido de valores, fixados na tradição da escrita.”²³

Não como ocorrera primeiramente, na primeira reforma ortográfica acontecida em Portugal, todas as reformas ortográficas que ocorreram no Brasil não tiveram as discussões extensivas aos utentes da língua. Não houve uma consulta para saber o que a base, os reais agentes da língua, achava sobre a reformulação do modo de escrita, ainda que apenas alguns obtenham conhecimento das normas.

O Estado brasileiro está a atuar de maneira completamente arbitrária, regrado, de cima para baixo, a maneira como um bem cultural deve ser utilizado pela comunidade. “A língua portuguesa e a sua ortografia têm uma dimensão patrimonial profunda que não pode ser relativizada e uniformizada pela disciplina partidária” (A QUESTÃO DO ACORDO ORTOGRÁFICO, 2007, p. 27), como vem sendo feito. É inaceitável que um assunto como este não seja debatido publicamente e que se retenha a discussão e o poder de voto – o que é um absurdo poder-se votar, legitimar e sancionar leis que ditam a maneira como a língua deve evoluir [!] – a um número mínimo de pessoas pertencentes às Academias. As Academias e seus membros assumem “uma complexa função de intermediárias entre o poder político e econômico, de um lado, e o conjunto de valores e ideologias a serem associados ou já associados com a língua”²⁴, mas exerce esta função sem a imparcialidade exigida; ela não se

²³ GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. S.I. Martins Fontes. 1985 p. 06

²⁴ *Ibid.* p. 19-20

mantém neutra entre as aspirações das classes dominantes e oprimidas, expressando sempre os anseios da primeira, a qual pertence, em suas posições.

A língua, assim, passa a ser um instrumento manipulável da legislação nacional, que interfere em sua evolução e muda-a quando lhe convém. O Estado, com o poder inquestionável que lhe conferem, submete a língua aos seus caprichos, altera-a para atingir objetivos que vão muito além da preservação, difusão e promoção da língua – alterando-a de acordo com seus interesses políticos e econômicos.

Um fator que, segundo os portugueses – povo mais resistente ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que os brasileiros – ultrapassa a mudança ortográfica para preservação da língua é que o Estado brasileiro tem intenções fortemente comerciais só para o Brasil. Eles apostam que a imposição de uma nova ortografia, obrigando a re-edição de livros, é uma manobra política brasileira em favorecimento da indústria editorial do País, que é muito maior que a portuguesa e terá privilégio na exportação dos novos livros, sobretudo para os demais países da CPLP.

Outro aspecto de resistência dos portugueses à nova ortografia é a sensação de submissão da ortografia portuguesa à brasileira. Isto porque, no Brasil, aproximadamente 0,45% das palavras tiveram sua grafia alterada, número que sobe para 1,6% em Portugal. Este fato mexe com o orgulho português, que, como alguns brasileiros, apontado anteriormente, têm a língua portuguesa como portuguesa, como o traço mais importante da cultura e do poder da nação, revelado no número de falantes que a língua possui hoje. A sensação de ter criado “um filho maior que o pai” traz um sentimento de inferioridade que o povo português tenta a todo custo reverter; e a maior alteração gráfica por parte de Portugal, para eles, reforça este sentimento.

Foi lançado em Portugal, no ano passado, um “Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o Acordo Ortográfico” que foi entregue à Assembléia da República no dia 20 de maio de 2009 com mais de 13.000 (treze mil) assinaturas, onde criticava-se o sistema de ensino português, a falta de diálogo com a comunidade portuguesa para saber-se a opinião geral e a ruptura forçosa do modo de uso de um patrimônio cultural comum²⁵.

²⁵ O “Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o Acordo Ortográfico” encontra-se em anexo desta monografia

O Estado, sendo soberano, apropria-se da cultura e seus bens materiais e imateriais transformando-os em normas e leis, de modo a modificar, com incoerência, o que é necessariamente provindo da evolução social ligada à tríplice técnica/trabalho/natureza.

“A língua é um dado cultural, de evolução lenta e secular, necessariamente ligado a fenômenos coletivos subconscientes e de raiz marcadamente popular. Por isso deve emanar do povo, da comunidade, do espírito nacional coletivo – e não do poder político ou da burocracia. A língua deve evoluir ao ritmo lento da civilização, da cultura, da tradição, e não ao ritmo acelerado da legislação interna ou da contratação internacional.”²⁶

Deve-se lembrar que o português evoluiu do Latim Vulgar, não do Latim Clássico – escrito e utilizado com rigor nas escolas e Academias. Foi a língua do povo que sobreviveu, dinâmica, moldando-se naturalmente à medida que a conjuntura social se alterava.

Embora o faça, o Estado não pode fixar uma língua através de regras que obriguem-na a ser estável. A estabilidade da língua, tal como de qualquer meio artificial e/ou bem cultural, deve-se à estabilidade social e somente a ela. Fixando a cultura através de leis, o Estado aumenta a disparidade entre as classes que utilizam as regras da “cultura padrão” e as que não utilizam. A classe dominante, tendo acesso às regras e seguindo as normas ditadas pelo Estado para o modo de uso dos bens culturais reforça seu poder sobre as classes inferiores, oprimindo e ridicularizando-as.

Em vez de trabalhar a unidade da língua através de uma imposição estatal, devia-se trabalhar com a nação em conjunto, de forma a fazer emanar do povo os elementos de sua identidade. A preservação da identidade, por parte da sociedade como um todo, é uma maneira muito mais forte de se afirmar os traços culturais de um país. A língua portuguesa só terá o alcance mundial esperado por suas Academias quando de fato pertencer à identidade do povo das nações que a têm por oficial e quando estes, voluntariamente, quiserem lutar pela preservação e difusão da língua em comoção popular, de baixo para cima, para depois atingir os meios burocráticos que

²⁶ MOVIMENTO CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO (Portugal). *A Questão do "Acordo Ortográfico"*. s.l., 1988. p.38

cabem para firmá-la. Não se pleita nesta monografia a anarquização da língua, mas sua regularização deve ocorrer seguindo o dinamismo do português, provindo da sociedade, não simplesmente por imposição governamental.

Há de se rever, portanto, o modo como a língua vem sendo trabalhada. Se o objetivo político é realmente exaltá-la mundialmente, para fortalecer as relações internacionais da CPLP – e não fortalecer a classe dominante, detentora da normatização e acesso às regras – deve-se primeiro torná-la forte dentro dos países e, inventando novas regras ortográficas, de tempos em tempos, este fortalecimento interno torna-se cada vez mais difícil – devido à política educacional precária existente nos países de língua portuguesa.

A cultura, que Edward Tylor define como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem como membro de uma sociedade”²⁷, acabou por tornar-se um precioso objeto político utilizado pelo Estado para obtenção de vantagens – para si e para a nação. Bem cultural de suma importância que é, a língua portuguesa está a ser moldada por regras que mudam-na abruptamente e, concomitantemente, fixam-na, impedindo seu dinamismo.

Assim, há a necessidade de uma maior discussão sobre a política que envolve o uso dos bens culturais de um povo, para que a imposição de leis, regras e normas governamentais não causem uma mudança rude ou uma imposição reacionária na cultura local, permitindo que a sociedade, a verdadeira dona da cultura, use-a de acordo com sua evolução natural. As diferentes formas de apresentação gráfica da língua portuguesa devem ser respeitadas como a marca de processos históricos diferentes: “as singularidades ortográficas servem para dar uma identidade própria a cada irmão dentro de uma mesma família”.²⁸

²⁷ LARAIA, Roque de Barros. *Cultura - um conceito antropológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 1987. p. 25

²⁸ MOVIMENTO CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO (Portugal). *A Questão do "Acordo Ortográfico"*. s.l., 1988. p. 61

9. BIBLIOGRAFIA:

ACORDO Ortográfico da Língua Portuguesa Disponível em: <<http://leonardof.org/2007/08/10acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa/pt/>>. Acesso em: 08 abr. 2008.

ACORDO Ortográfico da Língua Portuguesa, março de 2008 Disponível em: <<http://leonardof.org/2008/03/29/acordo-ortografico-da-lingua-portuguesa-marco-de-2008/pt/>>. Acesso em: 08 abr. 2008.

ACORDO Ortográfico de 1990 Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordo_Ortogr%C3%A1fico_de_1990>. Acesso em: 05 abr. 2008

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec. 1992.

BECHARA, Evanildo. *A nova ortografia*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 2008

BENTES, Anna Christina (org.). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez Editora. 2008

BRAM, Joseph. *Linguagem e sociedade*. Rio de Janeiro: Bloch Editores. 1965.

BRANDÃO, Silvia F. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Editora Ática. [1991]

CASTILHO, Ataliba T. de. *A hora e a vez do português brasileiro*. Disponível em: <www.museulinguaportuguesa.org.br>. Acesso em: 7 set. 2009.

COUTO, Hildo H. do. *O que é português brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. 1987

- ELIA, Silvio. III - Língua. In: ELIA, Silvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 46-64. CASTILHO, Ataliba T. de. *Como as línguas nascem e morrem? O que são famílias linguísticas?* Disponível em: <www.museulinguaportuguesa.org.br>. Acesso em: 7 set. 2009.
- ELICHIRIGOITY, Maria Terezinha Py. A formação do sentido e da identidade na visão bakhtiniana. *Cadernos de Letras da Uff*. Dossiê: Literatura, língua e identidade, Niterói, n. , p.181-206, 2008. N*34.
- ESPERANÇA, Eduardo Jorge. *Patrimônio, políticas e práticas culturais*.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Editora Ática. 1988
- FREIRE, Maria Célia P. V. F.; ORDOÑES, Marlene. *História do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Editora Ática. 1971
- FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA. *História da ortografia do português*. Disponível em: <<http://portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>>. Acesso em: 20 nov. 2009
- FUNDAP. *Países africanos de língua portuguesa*. São Paulo: Fundap, 1992.
- GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes. 1985
- HOUAISS, Antonio. *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro. 1983.
- IILP Disponível em: <www.iilp-cplp.cv/index.php?option=com_cpntent&task=view&id=13&Itemid=27>. Acesso em: 08 abr. 2008
- KEESING, Félix. *Antropologia cultural I*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura. 1972
- KEESING, Félix. *Antropologia cultural II*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora fundo de cultura. 1972
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura - um conceito antropológico*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 1987.
- LESSA, Mônica L. (org.). *História das relações internacionais: teoria e processo*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2007
- MATERIALISMO histórico: Curso básico de materialismo histórico em 14 lições. Transcrições da obra de L.A.Tckeskiss ed. de 1934.. Disponível em:

<<http://dialepticamaterialista.blogspot.com/2009/06/l-i-c-o-x.html>>. Acesso em: 15 out. 2009

MATEUS, Maria Helena Mira. *Sobre a natureza fonológica da língua portuguesa*. [Lisboa]: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa FLUL. 2006

MATEUS, Maria Helena Mira; VILLALVA, Alina. Como se sabe que uma língua é uma língua? In: MATEUS, Maria Helena Mira; A. *O essencial sobre linguística*. [lisboa]: Caminho, 2006. p. 21-28.

MOVIMENTO CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO (Portugal). *A Questão do "Acordo Ortográfico"*. S.l, 1988.

NASCIMENTO, Manoel; CARVÁLHO, Dolores G. *Gramática histórica*. 10 ed. São Paulo: Editora Ática. 1974

NETO, Serafim da Silva. *História da Língua Portuguesa*. 3.ed. s.l. Presença. 1979

NISKIER, Arnaldo. *A língua portuguesa no século XXI*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=2454&sid=19>>.

Acesso em: 05 abr. 2008

OLIVA, Jero. *Brasil e Portugal: desencontros de linguagens*. s.l.: Ciência Jurídica, s.d.

PAIVA, Dulce de Faria. *História da língua portuguesa II: século XV e meados do século XVI*. S.l. Editora Ática. 1988

PESSOA, Fernando. *A língua portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras. 1999

PRETI, Dino. *Estudos de língua oral e escrita*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. 2004

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Ensaio sobre a origem das Línguas*. Campinas: Editora Unicamp. 2008

SALADA de letras Disponível em: <www.opniaoenoticia.com.br/interna.php?id=15610&gclid=CM2F-7ek55ICFSJWMAod0XMVxQ>. Acesso em: 08 abr. 2008

SILVA, Antonio Wilson A. da. *Acentuação gráfica: incoerência legal*. Disponível em: <www.dilsonlages.com.br/coluna_cont.asp?id=324>. Acesso em: 08 abr. 2008

SILVA, Benedicto. *A língua portuguesa na cultura mundial*. [Porto]: Fundação FGV e Fundação Eng. Antônio de Almeida, [1992]

SILVA, Thaís Cristófar. *Fonética e fonologia do português*. S.l. Editora Contexto. S.d.

SPINA, Segismundo. *História da Língua Portuguesa III: Segunda metade do século XVI e século XVII*. s.l. Editora Ática. 1987

SPINDEL, Arnaldo. *O que é socialismo*. 3. ed. S.l. Editora Brasiliense. 1980

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007

VIANA, Gonçalves; ABREU Guilherme. *Bases da ortografia portuguesa*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1885

9. ANEXOS

9.1 Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

9.2 Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o Acordo Ortográfico

9.1 Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Considerando que o projecto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de Outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional,

Considerando que o texto do acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos Países signatários.

a República Popular de Angola,

a República Federativa do Brasil,

a República de Cabo Verde,

a República da Guiné-Bissau,

a República de Moçambique,

a República Portuguesa,

a República Democrática de São Tomé e Príncipe, acordam no seguinte:

Artigo 1º

É aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que consta como anexo I ao presente instrumento de aprovação, sob a designação de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) e vai acompanhado da respectiva rota explicativa, que consta como anexo II ao mesmo instrumento de aprovação, sob a designação de Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Artigo 2º

Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de Janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

Artigo 3º

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1 de Janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa.

Artigo 4º

Os Estados signatários adaptarão as medidas que entenderem adequadas ao efectivo respeito da data da entrada em vigor estabelecida no artigo 3º.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente credenciados para o efeito, aprovam o presente acordo, redigido em língua portuguesa, em sete exemplares, todos igualmente autênticos.

Assinado em Lisboa, em 16 de Dezembro de 1990.

PELA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA,

José Mateus de Adelino Peixoto, Secretário de Estado da Cultura

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,

Carlos Alberto Comes Chiarelli, Ministro da Educação

PELA REPÚBLICA DE CABO VERDE,

David Hopffer Almada, Ministro da Informação Cultura e Desportos

PELA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU,

Alexandre Brito Ribeiro Furtado, Secretário de Estado da Cultura

PELA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE.

Luis Bernardo Honwana, Ministro da Cultura

PELA REPÚBLICA PORTUGUESA.

Pedro Miguel de Santana Lopes, Secretário de Estado da Cultura

PELA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE,

Ligia Silva Graça do Espírito Santo Costa, Ministra da Educação e Cultura

Anexo 1 Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990)**BASE I DO ALFABETO E DOS NOMES PRÓPRIOS ESTRANGEIROS E SEUS DERIVADOS**

1º) O alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, cada uma delas com uma forma minúscula e outra maiúscula:

a A (á)

b B (bê)

c C (cê)

d D (dê)

e E (é)

f F (efe)

g G (gê ou guê)

h H (agá)

i I (i)

j J (jota)

k K (capa ou cá)

l L (ele)

m M (eme)

n N (ene)

o O (o)

p P (pê)

q Q (quê)

r R (erre)

s S (esse)

t T (tê)

u U (u)

v V (vê)

w W (dáblio)

x X (xis)

y Y (ípsilon)

z Z (zê)

Obs.:

1. Além destas letras, usam-se o ç (cê cedilhado) e os seguintes dígrafos:

rr (erre duplo), ss (esse duplo), ch (cê-agá), lh (ele-agá), nh (ene-agá), gu (guê-u) e qu (quê-u).

2. Os nomes das letras acima sugeridos não excluem outras formas de as designar.

2º) As letras k, w e y usam-se nos seguintes casos especiais:

a) Em antropónimos/antropônimos originários de outras línguas e seus derivados:

Franklin, frankliniano; Kant, kantista; Darwin, darwinismo; Wagner, wagneriano, Byron, byroniano; Taylor, taylorista;

b) Em topónimos/topônimos originários de outras línguas e seus derivados:

Kwanza; Kuwait, kuwaitiano; Malawi, malawiano;

c) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas como unidades de medida de curso internacional: TWA, KLM; K-potássio (de kalium), W-oeste (West); kg-quilograma, km-quilómetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.

3º) Em congruência com o número anterior, mantém-se nos vocábulos derivados eruditamente de nomes próprios estrangeiros quaisquer combinações gráficas ou sinais diacríticos não peculiares à nossa escrita que figurem nesses nomes:

comtista, de Comte; garrettiano, de Garrett; jeffersónia/ jeffersônia, de Jefferson; mülleriano, de Müller; shakesperiano, de Shakespeare.

Os vocábulos autorizados registrarão grafias alternativas admissíveis, em casos de divulgação de certas palavras de tal tipo de origem (a exemplo de fúcsia/ fúchsia e derivados, bungavília/ bunganvília/ bougainvília).

4º) Os dígrafos finais de origem hebraica ch, ph e th podem conservar-se em formas onomásticas da tradição bíblica, como Baruch, Loth, Moloch, Ziph, ou então simplificar-se: Baruc, Lot, Moloc, Zif. Se qualquer um destes dígrafos, em formas do mesmo tipo, é invariavelmente mudo, elimina-se: José, Nazaré, em vez de Joseph, Nazareth; e se algum deles, por força do uso, permite adaptação, substitui-se, recebendo uma adição vocálica: Judite, em vez de Judith.

5º) As consoantes finais grafadas b, c, d, g e h mantêm-se, quer sejam mudas, quer proferidas, nas formas onomásticas em que o uso as consagrou, nomeadamente antropónimos/antropônimos e topónimos/topônimos da tradição bíblica;

Jacob, Job, Moab, Isaac; David, Gad; Gog, Magog; Bensabat, Josafat.

Integram-se também nesta forma: Cid. em que o d é sempre pronunciado; Madrid e Valhadolid, em que o d ora é pronunciado, ora não; e Calcem ou Calicut, em que o t se encontra nas mesmas condições.

Nada impede, entretanto, que dos antropónimos/antropônimos em apreço sejam usados sem a consoante final Jó, Davi e Jacó.

6º) Recomenda-se que os topónimos/topônimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente.

Exemplo: Anvers, substituindo por Antuérpia; Cherbourg, por Cherburgo; Garonne, por Garona; Genève, por Genebra; Justland, por Jutlândia; Milano, por Milão; München, por Munique; Torino, por Turim; Zürich, por Zurique, etc.

BASE II DO H INICIAL E FINAL

1) O h inicial emprega-se:

a) Por força da etimologia: haver, hélice, hera, hoje, hora, homem, humor.

b) Em virtude da adoção convencional: hã?, hem?, hum!.

2º) O h inicial suprime-se:

a) Quando, apesar da etimologia, a sua supressão está inteiramente consagrada pelo uso: erva, em vez de herva; e, portanto, ervaçal, ervanário, ervoso (em contraste com herbáceo, herbanário, herboso, formas de origem erudita);

b) Quando, por via de composição, passa a interior e o elemento em que figura se aglutina ao precedente: biebdomadário, desarmonia, desumano, exaurir, inábil, lobisomem, reabilitar, reaver.

3º) O h inicial mantém-se, no entanto, quando, numa palavra composta, pertence a um elemento que está ligado ao anterior por meio de hífen: anti-higiénico/ anti-higiênico, contra-haste, pré-história, sobre-humano.

4º) O h final emprega-se em interjeições: ah! oh!

BASE III

DA HOMOFONIA DE CERTOS GRAFEMAS CONSONÂNTICOS

Dada a homofonia existente entre certos grafemas consonânticos, torna-se necessário diferenciar os seus empregos, que fundamentalmente se regulam pela história das palavras. É certo que a variedade das condições em que se fixam na escrita os grafemas consonânticos homófonos nem sempre permite fácil diferenciação dos casos em que se deve empregar uma letra e daqueles em que, diversamente, se deve empregar outra, ou outras, a representar o mesmo som.

Nesta conformidade, importa notar, principalmente, os seguintes casos:

1º) Distinção gráfica entre ch e x: achar, archote, bucha, capacho, capucho, chamar, chave, Chico, chiste, chorar, colchão, colchete, endecha, estrebucha, facho, ficha, flecha, frincha, gancho, inchar, macho, mancha, murchar, nicho, pachorra, pecha, pechincha, penacho, rachar, sachar, tacho; ameixa, anexim, baixei, baixo, bexiga, bruxa, coaxar, coxia, debuxo, deixar, eixo,

elixir, enxofre, faixa, feixe, madeixa, mexer, oxalá, praxe, puxar, rouxinol, vexar, xadrez, xarope, xenofobia, xerife, xícara.

2º) Distinção gráfica entre g, com valor de fricativa palatal, e j: adágio, alfageme, Álgebra, algema, algeroz, Algés, algibebe, algibeira, álgido, almargem, Alvorge, Argel, estrangeiro, falange, ferrugem, frigir, gelosia, gengiva, gergelim, geringonça, Gibraltar, ginete, ginja, girafa, gíria, herege, relógio, sege, Tânger, virgem; adjetivo, ajeitar, ajeru (nome de planta indiana e de uma espécie de papagaio), canjerê, canjica, enjeitar, granjear, hoje, intrujice, jecoral, jejum, jeira, jeito, Jeová, jenipapo, jequiri, jequitibá, Jeremias, Jericó, jerimum, Jerónimo, Jesus, jibóia, jiquipanga, jiquiró, jiquitaia, jirau, jiriti, jitirana, laranjeira, lojista, majestade, majestoso, manjerico, manjerona, mucujê, pajé, pegajento, rejeitar, sujeito, trejeito.

3º) Distinção gráfica entre as letras s, ss, c, ç e x, que representam sibilantes surdas: ânsia, ascensão, aspersão, cansar, conversão, esconso, farsa, ganso, imenso, mansão, mansarda, manso, pretensão, remanso, seara, seda, Seia, Sertã, Sernancelhe, serralheiro, Singapura, Sintra, sisa, tarso, terso, valsa; abadessa, acossar, amassar, arremessar, Asseiceira, asseio, atravessar, benesse, Cassilda, codesso (identicamente Codessal ou Codassal, Codessedada, Codessoso, etc.), crasso, devassar, dossel, egresso, endossar, escasso, fosso, gesso, molosso, mozza, obsessão, pêssego, possesso, remessa, sossegar, acém, acervo, alicerce, cebola, cereal, Cernache, cetim, Cinfães, Escócia, Macedo, obcecar, percevejo; açafate, açorda, açúcar, almaço, atenção, berço, Buçaco, caçanje, caçula, caraça, dançar, Eça, enguiço, Gonçalves, inserção, linguiça, maçada, Mação, maçar, Moçambique, Monção, muçulmano, murça, negaça, pança, peça, quiçaba, quiçaça, quiçama, quiçamba, Seiça (grafia que pretere as erróneas/errôneas Ceiça e Ceissa), Seiçal, Suíça, terço; auxílio, Maximiliano, Maximino, máximo, próximo, sintaxe.

4º) Distinção gráfica entre s de fim de sílaba (inicial ou interior) e x e z com idêntico valor fónico/fônico: adestrar, Calisto, escusar, esdrúxulo, esgotar, esplanada, esplêndido, espontâneo, espremer, esquisito, estender, Estremadura, Estremoz, inesgotável; extensão, explicar, extraordinário, inextricável, inexperto, sextante, têxtil; capazmente, infelizmente, velozmente. De acordo com esta distinção convém notar dois casos:

a) Em final de sílaba que não seja final de palavra, o x = s muda para s sempre que está precedido de i ou u: justapor, justalinear, misto, sistino (cf. Capela Sistina), Sisto, em vez de juxtapor, juxtalinear, mixto, sixtina, Sixto.

b) Só nos advérbios em -mente se admite z, com valor idêntico ao de s, em final de sílaba seguida de outra consoante (cf. capazmente, etc.); de contrário, o s toma sempre o lugar do z: Biscaia, e não Bizcaia.

5º) Distinção gráfica entre s final de palavra e x e z com idêntico valor fónico/ fônico: aguarrás, aliás, anis, após, atrás, através, Avis, Brás, Dinis, Garcês, gás, Gerês, Inês, íris, Jesus, jus, lápis, Luís, país, português, Queirós, quis, retrós, revés, Tomás, Valdês; cálix, Félix, Fénix flux; assaz, arroz, avestruz, dez, diz, fez (substantivo e forma do verbo fazer), fiz, Forjaz, Galaaz, giz, jaez, matiz, petiz, Queluz, Romariz, [Arcos de] Valdevez, Vaz. A propósito, deve observar-se que é inadmissível z final equivalente a s em palavra não oxítone: Cádiz, e não Cádiz.

6º) Distinção gráfica entre as letras interiores s, x e z, que representam sibilantes sonoras: aceso, analisar, anestesia, artesão, asa, asilo, Baltasar, besouro, besuntar, blusa, brasa, brasão, Brasil, brisa, [Marco de] Canaveses, coliseu, defesa, duquesa, Elisa, empresa, Ermesinde, Esposende, frenesi ou frenesim, frisar, guisa, improviso, jusante, liso, lousa, Lousã, Luso (nome de lugar, homónimo/homónimo de Luso, nome mitológico), Matosinhos, Meneses, narciso, Nisa, obséquo, ousar, pesquisa, portuguesa, presa, raso, represa, Resende, sacerdotisa, Sesimbra, Sousa, surpresa, tisana, transe, trânsito, vaso; exalar, exemplo, exibir, exorbitar, exuberante, inexato, inexorável; abalizado, alfazema, Arcozelo, autorizar, azar, azedo, azo, azorrague, baliza, bazar, beleza, buzina, búzio, comezinho, deslizar, deslize, Ezequiel, fuzileiro, Galiza, guizo, helenizar, lambuzar, lezíria, Mouzinho, proeza, sação, urze, vazar, Veneza, Vizela, Vouzela.

BASE IV

DAS SEQUÊNCIAS CONSONÂNTICAS

1º) O c, com valor de oclusiva velar, das seqüências interiores cc (segundo c com valor de sibilante), çç e ct, e o p das seqüências interiores pc (c com valor de sibilante), pç e pt, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, rapto.

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: ação, acionar, afetivo, aflição, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo.

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor, ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção.

d) Quando, nas seqüências interiores mpc, mpç e mpt se eliminar o p de acordo com o determinado nos parágrafos precedentes, o m passa a n, escrevendo-se, respetivamente, nc, nç e nt: assumpcionista e assuncionista; assumpção e assunção; assumptível e assuntível; peremptório e perentório, sumptuoso e suntuoso, sumptuosidade e suntuosidade.

2º) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: o b da seqüência bd, em súbdito; o b da seqüência bt, em subtil e seus derivados; o g da seqüência gd, em amígdala, amigdalácea, amigdalar, amigdalato, amigdalite, amigdalóide, amigdalopatia, amigdalotomia; o m da seqüência mn, em amnistia, amnistiar, indemne, indemnidade, indemnizar, omnímodo, onnipotente, onnisciente, etc.; o t da seqüência tm, em aritmética e aritmético.

BASE V

DAS VOGAIS ÁTONAS

1º.) O emprego do e e do i, assim como o do o e do u em sílaba átona, regula-se fundamentalmente pela etimologia e por particularidades da história das palavras. Assim, se estabelecem variadíssimas grafias:

a) Com e e i: ameaça, amearhar, antecipar, arrepiar, banear, boreal, campeão, cardeal (prelado, ave, planta; diferente de cardial = "relativo à cárdia"), Ceará, cõeaa, enseada, enteado, Floreal, janeanes, lõeaa, Leonardo, Leonel, Leonor, Leopoldo, Leote, linear, meõe, melhor, nomear, peanha, quase (em vez de quõe), real, semear, semelhante, võeaa; ameixial, Ameixieira, amial, amieiro, arrieiro, artilharia, capitõeaa, cordial (adjetivo e substantivo), corno/a, crõeaa, criar, diante, diminuir, Dinis, ferregial, Filinto, Filipe (e identicamente Filipa, Filipinas, etc.), freixial, giesta, Idanha, igual, imiscuir-se, inigualável, lampieõe, limiar, Lumiar, lumieiro, pátio, pior, tigela, tijolo, Vimieiro, Vimioso.

b) Com o e u: abolir, Alpendorada, assolar, borboleta, cobeça, consoada, consoar costume, díscolo, êmbolo, engolir, epístola, esbafonir-se, esboroar, farõeaa, femoral, Freixoeira, girõeaa, goela, jocosoo, mágoa, névoa, nódoa, óbolo, Põeaa, Pascoal, Pascoela, polir, Rodolfo, tá voa, tavoada, tõeaa, tõeaa, veio (substantivo e forma do verbo vir); açular, água, aluviõe, arcuense, assumir, bulir, camõeaa, curtir, curtume, embutir, entupir, fõeaa/fõeaa,

fistula, glândula, ínsua, jucundo, légua, Luanda, lucubração, lugar, mangual, Manuel, míngua, Nicarágua, pontual, régua, tábua, tabuada, tabuleta, trégua, virtualha.

2º) Sendo muito variadas as condições etimológicas e histórico-fonéticas em que se fixam graficamente e e i ou o e u em sílaba átona, é evidente que só a consulta dos vocabulários ou dicionários pode indicar, muitas vezes, se deve empregar-se e ou i, se o ou u. Há, todavia, alguns casos em que o uso dessas vogais pode ser facilmente sistematizado. Convém fixar os seguintes:

a) Escrevem-se com e, e não com i, antes da sílaba tónica/tônica, os substantivos e adjetivos que procedem de substantivos terminados em -elo e -eia, ou com eles estão em relação direta. Assim se regulam: aldeão, aldeola, aldeota por aldeia; areal, areeiro, areento, Areosa por areia; aveal por aveia; baleal por baleia; cadeado por cadeia; candeeiro por candeia; centeeira e centeeino por centeio; colmeal e colmeeiro por colmeia; correada e correame por correia.

b) Escrevem-se igualmente com e, antes de vogal ou ditongo da sílaba tónica/ tônica, os derivados de palavras que terminam em e acentuado (o qual pode representar um antigo hiato: ea, ee): galeão, galeota, galeote, de galé; coreano, de Coreia; daomeano, de Daomé; guineense, de Guiné; poleame e poleeiro, de polé.

c) Escrevem-se com i, e não com e, antes da sílaba tónica/tônica, os adjetivos e substantivos derivados em que entram os sufixos mistos de formação vernácula -iano e -iense, os quais são o resultado da combinação dos sufixos -ano e -ense com um i de origem analógica (baseado em palavras onde -ano e -ense estão precedidos de i pertencente ao tema: horaciano, italiano, duniense, flaviense, etc.): açoriano, acriano (de Acre), camoniamo, goisiano (relativo a Damião de Góis), siniense (de Sines), sofocliano, torniano, torniense (de Torre(s)).

d) Uniformizam-se com as terminações -io e -ia (átonas), em vez de -co e -ea, os substantivos que constituem variações, obtidas por ampliação, de outros substantivos terminados em vogal; cúmio (popular), de cume; hástia, de haste; réstia, do antigo neste, véstia, de veste.

e) Os verbos em -ear podem distinguir-se praticamente, grande número de vezes, dos verbos em -ian, quer pela formação, quer pela conjugação e formação ao mesmo tempo. Estão no primeiro caso todos os verbos que se prendem a substantivos em -elo

ou -eia (sejam formados em português ou venham já do latim); assim se regulam: aldear, por aldeia; alhear, por alheio; cear por ceia; encadear por cadeia; pean, por pela; etc. Estão no segundo caso todos os verbos que têm normalmente flexões rizotônicas/rizotônicas em -eio, -eias, etc.: clarear, delinear, devanear, falsear, granjear, guerrear, hastear, nomear, semear, etc. Existem, no entanto, verbos em -iar, ligados a substantivos com as terminações átonas -ia ou -io, que admitem variantes na conjugação: negoceio ou negocio (cf. negócio); premeio ou premio (cf. prêmio/prêmio); etc.

f) Não é lícito o emprego do u final átono em palavras de origem latina. Escreve-se, por isso: moto, em vez de mótu (por exemplo, na expressão de moto próprio); tribo, em vez de tribu.

g) Os verbos em -oar distinguem-se praticamente dos verbos em -uar pela sua conjugação nas formas rizotônicas/rizotônicas, que têm sempre o na sílaba acentuada: abençoar com o, como abençoo, abençoas, etc.; destoar, com o, como destoo, destoas, etc.; mas acentuar, com u, como acentuo, acentuas, etc.

BASE VI DAS VOGAIS NASAIS

Na representação das vogais nasais devem observar-se os seguintes preceitos:

1º) Quando uma vogal nasal ocorre em fim de palavra, ou em fim de elemento seguido de hífen, representa-se a nasalidade pelo til, se essa vogal é de timbre a; por m, se possui qualquer outro timbre e termina a palavra; e por n se é de timbre diverso de a e está seguida de s: afã, grã, Grã-Bretanha, lã, órfã, sã-braseiro (forma dialetal; o mesmo que são-brasense = de S. Brás de Alportel); clarim, tom, vacuum, flautins, semitons, zunzuns.

2º) Os vocábulos terminados em -ã transmitem esta representação do a nasal aos advérbios em -mente que deles se formem, assim como a derivados em que entrem sufixos iniciados por z: enistãmente, irmãmente, sãmente; lãzudo, maçãzita, manhãzinha, romãzeira.

BASE VII

DOS DITONGOS

1º) Os ditongos orais, que tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, distribuem-se por dois grupos gráficos principais, conforme o segundo elemento do ditongo é representado por i ou u: ai, ei, éi, ui; au, eu, éu, iu, ou: braçais, caixote, deveis, eirado, farnéis (mas farneizinhos), goivo, goivan, lencóis (mas lençoizinhos), tafuis, uivar, cacau, cacauero, deu, endeusar, ilhéu (mas ilheuzito), mediu, passou, regougar.

Obs.: Admitem-se, todavia, excepcionalmente, à parte destes dois grupos, os ditongos grafados ae (= âi ou ai) e ao (âu ou au): o primeiro, representado nos antropónimos/antropônimos Caetano e Caetana, assim como nos respetivos derivados e compostos (caetaninha, são-caetano, etc.); o segundo, representado nas combinações da preposição a com as formas masculinas do artigo ou pronome demonstrativo o, ou seja, ao e aos.

2º) Cumpre fixar, a propósito dos ditongos orais, os seguintes preceitos particulares:

a) É o ditongo grafado ui, e não a seqüência vocálica grafada ue, que se emprega nas formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo e igualmente na da 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -Um: constituis, influi, retribui. Harmonizam-se, portanto, essas formas com todos os casos de ditongo grafado ui de sílaba final ou fim de palavra (azuis, fui, Guardafui, Rui, etc.); e ficam assim em paralelo gráfico-fonético com as formas de 2ª e 3ª pessoas do singular do presente do indicativo

e de 2ª pessoa do singular do imperativo dos verbos em -air e em -oer: atrais, cai, sai; móis, remói, sói.

b) É o ditongo grafado ui que representa sempre, em palavras de origem latina, a união de um ii a um i átono seguinte. Não divergem, portanto, formas como fluido de formas como gratuito. E isso não impede que nos derivados de formas daquele tipo as vogais grafadas ii e i se separem: fluídico, fluidez (u-i).

c) Além dos ditongos orais propriamente ditos, os quais são todos decrescentes, admite-se, como é sabido, a existência de ditongos crescentes. Podem considerar-se no número deles as seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas, tais as que se representam graficamente por ea, co, ia, ie, lo, oa, ua, ue, uo: áurea, áureo, calúnia, espécie, exímio, mágoa, míngua, ténue/tênue, tríduo.

3º) Os ditongos nasais, que na sua maioria tanto podem ser tónicos/tônicos como átonos, pertencem graficamente a dois tipos fundamentais: ditongos representados por vogal com til e semivogal; ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal m. Eis a indicação de uns e outros:

a) Os ditongos representados por vogal com til e semivogal são quatro, considerando-se apenas a língua padrão contemporânea: ãe (usado em vocábulos oxítonos e derivados), ãi (usado em vocábulos anoxítonos e derivados), ão e õe. Exemplos: cães, Guimarães, mãe, mãezinha; cãibas, cãibeiro, cãibra, zãibo; mão, maozinha, não, quão, sótão, sotãozinho, tão; Camões, orações, oraçãozinhas, põe, repões. Ao lado de tais ditongos pode, por exemplo,

colocar-se o ditongo *üi*; mas este, embora se exemplifique numa forma popular como *ruí* = *ruim*, representa-se sem o til nas formas *muito* e *mui*, por obediência à tradição.

b) Os ditongos representados por uma vogal seguida da consoante nasal *m* são dois: *am* e *em*. Divergem, porém, nos seus empregos:

i) *am* (sempre átono) só se emprega em flexões verbais: *amam*, *deviam*, *escreveram*, *puseram*;

ii) *em* (tónico/tônico ou átono) emprega-se em palavras de categorias morfológicas diversas, incluindo flexões verbais, e pode apresentar variantes gráficas determinadas pela posição, pela acentuação ou, simultaneamente, pela posição e pela acentuação: *bem*, *Bembom*, *Bemposta*, *cem*, *devem*, *nem*, *quem*, *sem*, *tem*, *virgem*; *Bencanta*, *Benfeito*, *Benfica*, *benquisto*, *bens*, *enfim*, *enquanto*, *homenzarrão*, *homenzinho*, *nuvenzinha*, *tens*, *virgens*, *amém* (variação do *ámen*), *armazém*, *convém*, *mantém*, *ninguém*, *porém*, *Santarém*, *também*; *convêm*, *mantêm*, *têm* (3^{as} pessoas do plural); *armazéns*, *desdéns*, *convéns*, *reténs*; *Belenzada*, *vintenzinho*.

BASE VIII

DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS OXÍTONAS

1º) Acentuam-se com acento agudo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas abertas grafadas *-a*, *-e* ou *-o*, seguidas ou não de *-s*: *está*, *estás*, *já*, *olá*; *até*, *é*, *és*, *olé*, *pontapé(s)*; *avó(s)*, *dominó(s)*, *paletó(s)*, *só(s)*.

Obs.: Em algumas (poucas) palavras oxítonas terminadas em *-e* tónico/tônico, geralmente provenientes do francês, esta vogal, por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o acento circunflexo: *bebé* ou *bebê*, *bidé* ou *bidê*, *canapé* ou *canapê*, *caraté* ou *caratê*, *croché* ou *crochê*, *guichê* ou *guichê*, *matiné* ou *matinê*, *nené* ou *nenê*, *ponjé* ou *ponjê*, *puré* ou *purê*, *rapé* ou *rapê*.

O mesmo se verifica com formas como *cocó* e *cocô*, *ré* (letra do alfabeto grego) e *ré*. São igualmente admitidas formas como *judô*, a par de *judo*, e *metrô*, a par de *metro*.

b) As formas verbais oxítonas, quando, conjugadas com os pronomes clíticos *lo(s)* ou *la(s)*, ficam a terminar na vogal tónica/tônica aberta grafada *-a*, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas *-r*, *-s* ou *-z*: *adorá-lo(s)* (de *adorar-lo(s)*), *dá-la(s)*

(de dar-la(s) ou dá(s)-la(s) ou dá(s)-la(s)), fá-lo(s) (de faz-lo(s)), fá-lo(s)-às (de far-lo(s)-ás), habita-la(s)-iam (de habitar-la(s)-iam), tra-la(s)-á (de trar-la(s)-á).

c) As palavras oxítonas com mais de uma sílaba terminadas no ditongo nasal) presente do indicativo etc.) ou -ens: acém, detém, deténs, entretém, entreténs, harém, haréns, porém, provém, provéns, também.

d) As palavras oxítonas com os ditongos abertos grafados -éi, éu ou ói, podendo estes dois últimos ser seguidos ou não de -s: anéis, batéis, fiéis, papéis; céu(s), chapéu(s), ilhéu(s), véu(s); corrói (de correr), herói(s), remói (de remoer), sóis.

2º) Acentuam-se com acento circunflexo:

a) As palavras oxítonas terminadas nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, seguidas ou não de -s: cortês, dê, dês (de dar), lê, lês (de ler), português, você(s); avô(s), pôs (de pôr), robô(s).

b) As formas verbais oxítonas, quando conjugadas com os pronomes clíticos-lo(s) ou la(s), ficam a terminar nas vogais tónicas/tônicas fechadas que se grafam -e ou -o, após a assimilação e perda das consoantes finais grafadas -r, -s ou -z: detê-lo(s) (de deter-lo(s)),

fazê-la(s) (de fazer-la(s)), fê-lo(s) (de fez-lo(s)), vê-la(s) (de ver-la(s)), compô-la(s) (de compor-la(s)), repô-la(s) (de repor-la(s)), pô-la(s) (de por-la(s) ou pôs-la(s)).

3º) Prescinde-se de acento gráfico para distinguir palavras oxítonas homógrafas, mas heterofónicas/heterofônicas, do tipo de cor (ô), substantivo, e cor (ó), elemento da locução de cor; colher (ê), verbo, e colher (é), substantivo. Excetua-se a forma verbal pôr, para a distinguir da preposição por.

BASE IX DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PAROXÍTONAS

1º) As palavras paroxítonas não são em geral acentuadas graficamente: enjoo, grave, homem, mesa, Tejo, vejo, velho, voo; avanço, floresta; abençoo, angolano, brasileiro; descobrimento, graficamente, moçambicano

2º) Recebem, no entanto, acento agudo:

a) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tónica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -l, -n, -r, -x e -ps, assim como, salvo raras exceções, as respectivas formas do plural, algumas das quais passam a proparoxítonas: amável (pl. amáveis), Aníbal, dócil (pl. dóceis), dúctil (pl. dúcteis), fóssil (pl. fósseis), réptil (pl. répteis; var. reptil, pl. reptis); cármem (pl. cármemes ou carmens; var. carne, pl. carnes); dólmem (pl. dólmenes ou dolmens), éden (pl. édenes ou edens), líquen (pl. líquenes), lúmen (pl. lúmenes ou lúmens); acúcar (pl. açúcares), almíscar (pl. almíscares), cadáver (pl. cadáveres), caráter ou carácter (mas pl. carateres ou caracteres), ímpar (pl. ímpares); Ájax, córtex (pl. córtex; var. córtice, pl. córtices, índex (pl. índex; var. índice, pl. índices), tórax (pl. tórax ou tóraxes; var. torace, pl. toraces); bíceps (pl. bíceps; var. bicípite, pl. bicípites), fórceps (pl. fórceps; var. fórcipe, pl. fórcipes).

Obs.: Muito poucas palavras deste tipo, com a vogais tónicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua e, por conseguinte, também de acento gráfico (agudo ou circunflexo): sémen e sêmen, xénon e xênon; fêmore fémur, vómer e vômer; Fénix e Fênix, ónix e ônix.

b) As palavras paroxítonas que apresentam, na sílaba tónica/tônica, as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i ou u e que terminam em -ã(s), -ão(s), -ei(s), -i(s), -um, -uns ou -us: órfã (pl. órfãs), acórdão (pl. acórdãos), órgão (pl. órgãos), órgão (pl. órgãos), sótão

(pl. sótãos); hóquei, jóquei (pl. jóqueis), amáveis (pl. de amável), fáceis (pl. de fácil), fósseis (pl. de fóssil), amáveis (de amar), amáveis (id.), cantaríeis (de cantar), fizéreis (de fazer), fizésseis (id.); beribéri (pl. beribéris), bílis (sg. e pl.), íris (sg. e pl.), júri (di. júris), oásis (sg. e pl.); álbum (di. álbuns), fórum (di. fóruns); húmus (sg. e pl.), vírus (sg. e pl.).

Obs.: Muito poucas paroxítonas deste tipo, com as vogais tónicas/tônicas grafadas e e o em fim de sílaba, seguidas das consoantes nasais grafadas m e n, apresentam oscilação de timbre nas pronúncias cultas da língua, o qual é assinalado com acento agudo, se aberto, ou circunflexo, se fechado: pónei e pônei; gónis e gônis, pénis e pênis, ténis e tênis; bónus e bônus, ónus e ônus, tónus e tônus, Vénus e Vênus.

3º) Não se acentuam graficamente os ditongos representados por ei e oi da sílaba tónica/tônica das palavras paroxítonas, dado que existe oscilação em muitos casos entre o fechamento e a abertura na sua articulação: assembleia, boleia, ideia, tal como aldeia, baleia, cadeia, cheia, meia; coreico, epopeico, onomatopeico, proteico; alcaloide, apoio (do verbo apoiar), tal como apoio (subst.), Azoia, hoia, boina, comboio (subst.), tal como comboio, comboias, etc. (do verbo comboiar), dezoito, estroina, heroico, introito, jiboia, moína, paranoico, zoina.

4º) É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais de pretérito perfeito do indicativo, do tipo amámos, louvámos, para as distinguir das correspondentes formas do presente do indicativo (amamos, louvamos), já que o timbre da vogal tónica/tônica é aberto naquele caso em certas variantes do português.

5º) Recebem acento circunflexo:

a) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia a, e, o e que terminam em -l, -n, -r, ou -x, assim como as respectivas formas do plural, algumas das quais se tornam proparoxítonas: cônsul (pl. cônsules), pênsil (pl. pênseis), têxtil (pl. têxteis); cânon, var. cânone (pl. cânones), plâncton (pl. plânctons); Almodôvar, aljôfar (pl. aljôfares), âmbar (pl. âmbares), Câncer, Tânger; bômbax (sg. e pl.), bômbix, var. bômbice (pl. bômbices).

b) As palavras paroxítonas que contêm, na sílaba tónica/tônica, as vogais fechadas com a grafia a, e, o e que terminam em -ão(s), -eis, -i(s) ou -us: bênção(s), côvão(s), Estêvão, zângão(s); devêreis (de dever), escrevêsseis (de escrever), fôreis (de ser e ir), fôsseis (id.), pênseis (pl. de pênsil), têxteis (pl. de têxtil); dândi(s), Mênfis; ânus.

c) As formas verbais têm e vêm, 3ªs pessoas do plural do presente do indicativo de ter e vir, que são foneticamente paroxítonas (respetivamente / tãjãj /, / vãjãj / ou / têj /, / vêj / ou ainda / têjêj /, / vêjêj /; cf. as antigas grafias preteridas, têm, vêm, a fim de se distinguirem de tem e vem, 3ªs pessoas do singular do presente do indicativo ou 2ªs pessoas do singular do imperativo; e também as correspondentes formas compostas, tais como: abstêm (cf. abstém), advêm (cf. advém), contêm (cf. contém), convêm (cf. convém), desconvêm (cf. desconvém), detêm (cf. detem), entretem (cf. entretém), intervêm (cf. intervém), mantêm (cf. mantém), obtêm (cf. obtém), provêm (cf. provém), sobrevêm (cf. sobrevém).

Obs.: Também neste caso são preteridas as antigas grafias detêem, intervêem, mantêem, provêem, etc.

6º) Assinalam-se com acento circunflexo:

a) Obrigatoriamente, pôde (3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo), no que se distingue da correspondente forma do presente do indicativo (pode).

b) Facultativamente, dêmos (1ª pessoa do plural do presente do conjuntivo), para se distinguir da correspondente forma do pretérito perfeito do indicativo (demos); fôrma

(substantivo), distinta de forma (substantivo; 3ª pessoa do singular do presente do indicativo ou 2ª pessoa do singular do imperativo do verbo formar).

7º) Prescinde-se de acento circunflexo nas formas verbais paroxítonas que contêm um e tónico/tônico oral fechado em hiato com a terminação -em da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do conjuntivo, conforme os casos: creem deem (conj.), descreem, desdeem (conj.), leem, preveem, redeem (conj.), releem, reveem, tresleem, veem.

8º) Prescinde-se igualmente do acento circunflexo para assinalar a vogal tónica/tonica fechada com a grafia o em palavras paroxítonas como enjoo, substantivo e flexão de enjoar, povoo, flexão de povoar, voo, substantivo e flexão de voar, etc.

9º) Prescinde-se, quer do acento agudo, quer do circunflexo, para distinguir palavras paroxítonas que, tendo respectivamente vogal tónica/tônica aberta ou fechada, são homógrafas de palavras proclíticas. Assim, deixam de se distinguir pelo acento gráfico: para (á), flexão de parar, e para, preposição; pela(s) (é), substantivo e flexão de pelar, e pela(s), combinação de per e la(s); pelo (é), flexão de pelar, pelo(s) (é), substantivo ou combinação de per e lo(s); polo(s) (ó), substantivo, e polo(s), combinação antiga e popular de por e lo(s); etc.

10º) Prescinde-se igualmente de acento gráfico para distinguir paroxítonas homógrafas heterofónicas/heterofônicas do tipo de acerto (ê), substantivo, e acerto (é), flexão de acertar; acordo (ô), substantivo, e acordo (ó), flexão de acordar; cerca (ê), substantivo, advérbio e elemento da locução prepositiva cerca de, e cerca (é), flexão de cercar; coro (ó), substantivo, e flexão de corar; deste (ê), contracção da preposição de com o demonstrativo este, e deste (é), flexão de dar; fora (ô), flexão de ser e ir, e fora (ó), advérbio, interjeição e substantivo; piloto (ô), substantivo, e piloto (ó), flexão de pilotar, etc.

BASE X DA ACENTUAÇÃO DAS VOGAIS TÓNICAS/TÔNICAS GRAFADAS I E U DAS PALAVRAS OXÍTONAS E PAROXÍTONAS

1º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas levam acento agudo quando antecedidas de uma vogal com que não formam ditongo e desde de que não constituam sílaba com a eventual consoante seguinte, excetuando o caso de s: adaís (pl. de adail), aí, atraí (de atrair), baú, caís (de cair), Esaú, jacuí, Luís, país, etc.; alaúde, amiúde, Araújo, Ataíde, atraíam (de atrair), atraísse (id.) baía, balaústre, cafeína, ciúme, egoísmo, faísca, faúlha, graúdo, influíste (de influir), juízes, Luísa, miúdo, paraíso, raízes, recaída, ruína, saída, sanduíche, etc.

2º) As vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras oxítonas e paroxítonas não levam acento agudo quando, antecedidas de vogal com que não formam ditongo, constituem sílaba com a consoante seguinte, como é o caso de nh, l, m, n, r e z: bainha, moinho, rainha; adail, paul, Raul; Aboim, Coimbra, ruim; ainda, constituinte, oriundo, ruins, triunfo; atrair, demiurgo, influir, influirmos; juiz, raiz; etc.

3º) Em conformidade com as regras anteriores leva acento agudo a vogal tónica/tônica grafada i das formas oxítonas terminadas em r dos verbos em -air e -uir, quando estas se combinam com as formas pronominais clíticas -lo(s), -la(s), que levam à assimilação e perda daquele -r: atraí-lo(s), (de atrair-lo(s)); atraí-lo(s)-ia (de atrair-lo(s)-ia); possui-la(s) (de possuir-la(s)); possui-la(s)-ia (de possuir-la(s) -ia).

4º) Prescinde-se do acento agudo nas vogais tónicas/tônicas grafadas i e u das palavras paroxítonas, quando elas estão precedidas de ditongo: baiuca, boiuno, cauila (var. cauir), cheinho (de cheio), saiinha (de saia).

5º) Levam, porém, acento agudo as vogais tónicas/tônicas grafadas i e u quando, precedidas de ditongo, pertencem a palavras oxítonas e estão em posição final ou seguidas de s: Piauí, teiú, teiús, tuiuí, tuiuíus.

Obs.: Se, neste caso, a consoante final for diferente de s, tais vogais dispensam o acento agudo: cauim.

6º) Prescinde-se do acento agudo nos ditongos tónicos/tônicos grafados iu e ui, quando precedidos de vogal: distraiu, instruiu, paus (pl. de paul).

7º) Os verbos *aguir* e *redarguir* prescindem do acento agudo na vogal tónica/tônica grafada u nas formas rizotónicas/rizotônicas: *arguo*, *arguis*, *argui*, *arguem*; *argua*, *arguas*, *argua*, *arguam*. Os verbos do tipo de *aguar*, *apaniguar*, *apaziguar*, *apropinuar*, *averiguar*, *desaguar*, *enxaguar*, *obliquar*, *delinquir* e afins, por oferecerem dois paradigmas, ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas igualmente acentuadas no u mas sem marca gráfica (a exemplo de *averiguo*, *averiguas*, *averigua*, *averiguam*; *averigue*, *averigues*, *averigue*, *averiguem*; *enxagu*, *enxaguas*, *enxagua*, *enxaguam*; *enxague*, *enxagues*, *enxague*, *enxaguem*, etc.; *delinquo*, *delinquis*, *delinqui*, *delinquem*; *delinquimos*, *delinquis*) ou têm as formas rizotónicas/rizotônicas acentuadas fónica/fônica e graficamente nas vogais a ou i radicais (a exemplo de *averíguo*, *averíguas*, *averígua*, *averíguam*; *averígue*, *averígues*, *averígue*,

averíquem; enxáguo, enxáguas, enxágua, enxáguam; enxágue, enxágues, enxágue, enxáguem; delínquo, delínques, delínque, delínquem; delínqua, delínquas, delínqua, delínquam).

Obs.: Em conexão com os casos acima referidos, registre-se que os verbos em -ingir (atingir, cingir, constringir, infringir, tingir, etc.) e os verbos em -inguir sem prolação do u (distinguir, extinguir, etc.) têm grafias absolutamente regulares (atinjo, atinja, atinge, atingimos, etc.; distingo, distinga, distingue, distinguimos, etc.).

BASE XI DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PROPÁROXÍTONAS

1º) Levam acento agudo:

a) As palavras propároxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta: árabe, cáustico, Cleópatra, esquálido, exército, hidráulico, líquido, míope, músico, plástico, prosélito, público, rústico, tétrico, último;

b) As chamadas propároxítonas aparentes, isto é, que apresentam na sílaba tônica/tônica as vogais abertas grafadas a, e, o e ainda i, u ou ditongo oral começado por vogal aberta, e que terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes (-ea, -eo, -ia, -ie, -io, -oa, -ua, -uo, etc.): álea, náusea; etéreo, níveo; enciclopédia, glória; barbárie, série; lírio, prélio; mágoa, nódoa; exígua, língua; exíguo, vácuo.

2º) Levam acento circunflexo:

a) As palavras propároxítonas que apresentam na sílaba tônica/tônica vogal fechada ou ditongo com a vogal básica fechada: anacreôntico, brêtema, cânfora, cômputo, devêramos (de dever), dinâmico, êmbolo, excêntrico, fôssemos (de ser e ir), Grândola, hermenêutica, lâmpada, lôstrego, lôbrego, nêspira, plêiade, sôfrego, sonâmbulo, trôpego;

b) As chamadas propároxítonas aparentes, isto é, que apresentam vogais fechadas na sílaba tônica/tônica, e terminam por seqüências vocálicas pós-tônicas/pós-tônicas praticamente consideradas como ditongos crescentes: amêndoa, argênteo, côdea, Islândia, Mântua, serôdio.

3º) Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras propároxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tônicas/tônicas grafadas e ou o estão em final de sílaba e são

seguidas das consoantes nasais grafadas m ou n, conforme o seu timbre é, respetivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: académico/acadêmico, anatómico/anatômico, cénico/cênico, cómodo/cômodo, fenómeno/ fenômeno, género/gênero, topónimo/topônimo; Amazónia/Amazônia, António/Antônio, blasfémia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gémeo/gêmeo, génio/gênio, ténue/tênué.

BASE XII DO EMPREGO DO ACENTO GRAVE

1º) Emprega-se o acento grave:

a) Na contração da preposição a com as formas femininas do artigo ou pronome demonstrativo o: à (de a+a), às (de a+as);

b) Na contração da preposição a com os demonstrativos aquele, aquela, aqueles, aquelas e aquilo ou ainda da mesma preposição com os compostos aqueloutro e suas flexões: àquele(s), àquele(s), àquilo; àqueloutro(s), àqueloutra(s).

BASE XIII DA SUPRESSÃO DOS ACENTOS EM PALAVRAS DERIVADAS

1º) Nos advérbios em -mente, derivados de adjetivos com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: avidamente (de ávido), debilmente (de débil), facilmente (de fácil), habilmente (de hábil), ingenuamente (de ingênuo), lucidamente (de lúcido), mamente (de má), somente (de só), unicamente (de único), etc.; candidamente (de cândido), cortesmente (de cortês), dinamicamente (de dinâmico), espontaneamente (de espontâneo), portuguesmente (de português), romanticamente (de romântico).

2º) Nas palavras derivadas que contêm sufixos iniciados por z e cujas formas de base apresentam vogal tônica/tônica com acento agudo ou circunflexo, estes são suprimidos: anezinhos (de anéis), avozinha (de avó), bebezito (de bebê), cafezada (de café), chepeuzinho (de chapéu), chazeiro (de chá), heroizito (de herói), ilheuzito (de ilhéu), mazinha (de má), orfãozinho (de órfão), vintenzito (de vintém), etc.; avozinho (de avô), bençãozinha (de bênção), lampadazita (de lâmpada), pessegozito (de pêssego).

BASE XIV DO TREMA

O trema, sinal de diérese, é inteiramente suprimido em palavras portuguesas ou aportuguesadas. Nem sequer se emprega na poesia, mesmo que haja separação de duas vogais que normalmente formam ditongo: saudade, e não saüdade, ainda que tetrassílabo; saudar, e não saüdar, ainda que trissílabo; etc.

Em virtude desta supressão, abstrai-se de sinal especial, quer para distinguir, em sílaba átona, um i ou um u de uma vogal da sílaba anterior, quer para distinguir, também em sílaba átona, um i ou um u de um ditongo precedente, quer para distinguir, em sílaba tônica/tônica ou átona, o u de gu ou de qu de um e ou i seguintes: arruinar, constituiria, depoimento, esmiuçar, faiscar, faulhar, oleicultura, paraibano, reunião; abaiucado, auiqui, caiuí, cauixi, piauiense; aguentar, anguiforme, arguir, bilíngue (ou bilingue), lingueta, linguista, linguístico; cinquenta, equestre, frequentar, tranquilo, ubiquidade.

Obs.: Conserva-se, no entanto, o trema, de acordo com a Base I, 3º, em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros: hübneriano, de Hübner, mülleriano, de Müller, etc.

BASE XV DO HÍFEN EM COMPOSTOS, LOCUÇÕES E ENCADEAMENTOS VOCABULARES

1º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas por justaposição que não contêm formas de ligação e cujos elementos, de natureza nominal, adjetival, numeral ou verbal, constituem uma unidade sintagmática e semântica e mantêm acento próprio, podendo dar-se o caso de o primeiro elemento estar reduzido: ano-luz, orce-bispo-bispo, arco-íris, decreto-lei, és-sueste, médico-cirurgião, rainha-cláudia, tenente-coronel, tio-avô, turma-piloto; alcaide-mor, amor-perfeito, guarda-noturno, mato-grossense, norte-americano, porto-alegrense, sul-africano; afro-

asiático, cifro-luso-brasileiro, azul-escuro, luso-brasileiro, primeiro-ministro, primeiro-sargento, primo-infeção, segunda-feira; conta-gotas, finca-pé, guarda-chuva.

Obs.: Certos compostos, em relação aos quais se perdeu, em certa medida, a noção de composição, grafam-se aglutinadamente: girassol, madressilva, mandachuva, pontapé, paraquedas, paraquedista, etc.

2º) Emprega-se o hífen nos topónimos/topônimos compostos, iniciados pelos adjetivos grã, grão ou por forma verbal ou cujos elementos estejam ligados por artigo: Grã-Bretanha, Grão-Pará; Abre-Campo; Passa-Quatro, Quebra-Costas, Quebra-Dentes, Traga-Mouros, Trinca-Fortes; Albergaria-a-Velha, Baía de Todos-os-Santos, Entre-os-Rios, Montemor-o-Novo, Trás-os-Montes.

Obs.: Os outros topónimos/topônimos compostos escrevem-se com os elementos separados, sem hífen: América do Sul, Belo Horizonte, Cabo Verde, Castelo Branco, Freixo de Espada à Cinta, etc. O topónimo/topônimo Guiné-Bissau é, contudo, uma exceção consagrada pelo uso.

3º) Emprega-se o hífen nas palavras compostas que designam espécies botânicas e zoológicas, estejam ou não ligadas por preposição ou qualquer outro elemento: abóbora-menina, couve-flor, erva-doce, feijão-verde; benção-de-deus, erva-do-chá, ervilha-de-cheiro, fava-de-santo-inácio, bem-me-quer (nome de planta que também se dá à margarida e ao malmequer); andorinha-grande, cobra-capelo, formiga-branca; andorinha-do-mar, cobra-d'água, lesma-de-conchinha; bem-te-vi (nome de um pássaro).

4º) Emprega-se o hífen nos compostos com os advérbios bem e mal, quando estes formam com o elemento que se lhes segue uma unidade sintagmática e semântica e tal elemento começa por vogal ou h. No entanto, o advérbio bem, ao contrário de mal, pode não se aglutinar com palavras começadas por consoante. Eis alguns exemplos das várias situações: bem-aventurado, bem-estar, bem-humorado; mal-afortunado, mal-estar, mal-humorado; bem-criado (cf. malcriado), bem-ditoso (cf. malditoso), bem-falante (cf. malfalante), bem-mandado (cf. malmandado). bem-nascido (cf. malnascido), bem-soante (cf. malsoante), bem-visto (cf. malvisto).

Obs.: Em muitos compostos, o advérbio bem aparece aglutinado com o segundo elemento, quer este tenha ou não vida à parte: benfazejo, benfeito, benfeitor, benquerença, etc.

5º) Emprega-se o hífen nos compostos com os elementos além, aquém, recém e sem: além-Atlântico, além-mar, além-fronteiras; aquém-fiar, aquém-Pireneus; recém-casado, recém-nascido; sem-cerimônia, sem-número, sem-vergonha.

6º) Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções:

- a) Substantivas: cão de guarda, fim de semana, sala de jantar;
- b) Adjetivas: cor de açafião, cor de café com leite, cor de vinho;
- c) Pronominais: cada um, ele próprio, nós mesmos, quem quer que seja;
- d) Adverbiais: à parte (note-se o substantivo aparte), à vontade, de mais (locução que se contrapõe a de menos; note-se demais, advérbio, conjunção, etc.), depois de amanhã, em cima, por isso;
- e) Prepositivas: abaixo de, acerca de, acima de, a fim de, a par de, à parte de, apesar de, aquando de, debaixo de, enquanto a, por baixo de, por cima de, quanto a;

f) Conjunccionais: afim de que, ao passo que, contanto que, logo que, por conseguinte, visto que.

7º) Emprega-se o hífen para ligar duas ou mais palavras que ocasionalmente se combinam, formando, não propriamente vocábulos, mas encadeamentos vocabulares (tipo: a divisa Liberdade-Igualdade-Fraternidade, a ponte Rio-Niterói, o percurso Lisboa-Coimbra-Porto, a ligação Angola-Moçambique, e bem assim nas combinações históricas ou ocasionais de topónimos/topônimos (tipo: Austria-Hungria, Alsácia-Lorena, Angola-Brasil, Tóquio-Rio de Janeiro, etc.).

BASE XVI DO HÍFEN NAS FORMAÇÕES POR PREFIXAÇÃO, RECOMPOSIÇÃO E SUFIXAÇÃO

1º) Nas formações com prefixos (como, por exemplo: ante-, anti-, circum-, co-, contra-, entre-, extra-, hiper-, infra-, intra-, pós-, pré-, pró-, sobre-, sub-, super-, supra-, ultra-, etc.) e em formações por recomposição, isto é, com elementos não autónomos ou falsos prefixos, de origem grega e latina (tais como: aero-, agro-, archi-, auto-, hio-, eletro-, geo-, hidro-, inter-, macro-, maxi-, micro-, mini-, multi-, neo-, pan-, pluri-, proto-, pseudo-, retro-, semi-, tele-, etc.), só se emprega o hífen nos seguintes casos:

a) Nas formações em que o segundo elemento começa por h: anti-higiénico/anti-higiênico, circum-hospitalar, co-herdeiro, contra-harmónico/contra-harmônico, extra-humano, pré-história, sub-hepático, super-homem, ultra-hiperbólico; arquihipérbole, eletro-higrómetro, geo-história, neo-helénico/neo-helênico, pan-helenismo, semi-hospitalar.

Obs.: Não se usa, no entanto, o hífen em formações que contêm em geral os prefixos des- e in- e nas quais o segundo elemento perdeu o h inicial: desumano, desumidificar, inábil, inumano, etc.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina na mesma vogal com que se inicia o segundo elemento: anti-ibérico, contra-almirante, infra-axilar, supra-auricular; arqui-irmandade, auto-observação, eletro-ótica, micro-onda, semi-interno.

Obs.: Nas formações com o prefixo co-, este aglutina-se em geral com o segundo elemento mesmo quando iniciado por o: coobrigação, coocupante, coordenar, cooperação, cooperar, etc.

c) Nas formações com os prefixos circum- e pan-, quando o segundo elemento começa por vogal, m ou n (além de h, caso já considerado atrás na alínea a): circum-escolar, circum-murado, circum-navegação; pan-africano, pan-mágico, pan-negritude.

d) Nas formações com os prefixos hiper-, inter- e super-, quando combinados com elementos iniciados por r: hiper-requintado, inter-resistente, super-revista.

e) Nas formações com os prefixos ex- (com o sentido de estado anterior ou cessamento), sota-, soto-, vice- e vizo-: ex-almirante, ex-diretor, ex-hospedeira, ex-presidente, ex-primeiro-ministro, ex-rei; sota-piloto, soto-mestre, vice-presidente, vice-reitor, vizo-rei.

f) Nas formações com os prefixos tónicos/tônicos acentuados graficamente pós-, pré- e pró-, quando o segundo elemento tem vida à parte (ao contrário do que acontece com as correspondentes formas átonas que se aglutinam com o elemento seguinte): pós-graduação, pós-tónico/pós-tônicos (mas pospor); pré-escolar, pré-natal (mas prever); pró-africano, pró-europeu (mas promover).

2º) Não se emprega, pois, o hífen:

a) Nas formações em que o prefixo ou falso prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por r ou s, devendo estas consoantes duplicar-se, prática aliás já generalizada em palavras deste tipo pertencentes aos domínios científico e técnico. Assim: antirreligioso, antissemita, contrarregra, contrassenha, cosseno, extrarregular, infrassom, minissaia, tal como hiorritmo, hiossatélite. eletrossiderurgia, microssistema, microrradiografia.

b) Nas formações em que o prefixo ou pseudoprefixo termina em vogal e o segundo elemento começa por vogal diferente, prática esta em geral já adotada também para os termos técnicos e científicos. Assim: antiaéreo, coeducação. extraescolar, aeroespacial, autoestrada, autoaprendizagem, agroindustrial, hidroelétrico, plurianual.

3º) Nas formações por sufixação apenas se emprega o hífen nos vocábulos terminados por sufixos de origem tupi-guarani que representam formas adjetivas, como açu, guaçu e mirim, quando o primeiro elemento acaba em vogal acentuada graficamente ou quando a pronúncia exige a distinção gráfica dos dois elementos: amoré-guaçu, anajá-mirim, andá-açu, capim-açu, Ceará-Mirim.

BASE XVII DO HÍFEN NA ÊNCLISE, NA TMESE E COM O VERBO HAVER

1º) Emprega-se o hífen na ênclise e na tmese: amá-lo, dá-se, deixa-o, partir-lhe; amá-lo-ei, enviar-lhe-emos.

2º) Não se emprega o hífen nas ligações da preposição de às formas monossilábicas do presente do indicativo do verbo haver: hei de, hás de, hão de, etc.

Obs.: 1. Embora estejam consagradas pelo uso as formas verbais quer e requer, dos verbos querer e requerer, em vez de quere e requere, estas últimas formas conservam-se, no entanto, nos casos de ênclise: quere-o(s), requere-o(s). Nestes contextos, as formas (legítimas, aliás) qué-lo e requé-lo são pouco usadas.

2. Usa-se também o hífen nas ligações de formas pronominais enclíticas ao advérbio eis (eis-me, ei-lo) e ainda nas combinações de formas pronominais do tipo no-lo, vo-las, quando em próclise (por ex.: esperamos que no-lo comprem).

BASE XVIII DO APÓSTROFO

1º) São os seguintes os casos de emprego do apóstrofo:

a) Faz-se uso do apóstrofo para cindir graficamente uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva pertence propriamente a um

conjunto vocabular distinto: d'Os Lusíadas, d'Os Sertões; n 'Os Lusíadas, n 'Os Sertões; pel' Os Lusíadas, pel' Os Sertões. Nada obsta, contudo, a que estas escritas sejam substituídas por empregos de preposições íntegras, se o exigir razão especial de clareza, expressividade ou ênfase: de Os Lusíadas, em Os Lusíadas, por Os Lusíadas, etc.

As cisões indicadas são análogas às dissoluções gráficas que se fazem, embora sem emprego do apóstrofo, em combinações da preposição a com palavras pertencentes a conjuntos vocabulares imediatos: a A Relíquia, a Os Lusíadas (exemplos: importância atribuída a A Relíquia; recorro a Os Lusíadas). Em tais casos, como é óbvio, entende-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a A = à, a Os = aos, etc.

b) Pode cindir-se por meio do apóstrofo uma contração ou aglutinação vocabular, quando um elemento ou fração respetiva é forma pronominal e se lhe quer dar realce com o uso de maiúscula: d'Ele, n'Ele, d'Aquele, n'Aquele, d'O, n'O, pel'O, m'O, t'O, lh'O, casos em que a segunda parte, forma masculina, é aplicável a Deus, a Jesus, etc.; d'Ela, n'Ela, d'Aquela, n'Aquela, d'A, n'A, pel'A, tu'A, t'A, lh'A, casos em que a segunda parte, forma feminina, é aplicável à mãe de Jesus, à Providência, etc. Exemplos frásicos: confiamos n'O que nos salvou; esse milagre revelou-m'O; está n'Ela a nossa esperança; pugnemos pel'A que é nossa padroeira.

À semelhança das cisões indicadas, pode dissolver-se graficamente, posto que sem uso do apóstrofo, uma combinação da preposição a com uma forma pronominal realçada pela maiúscula: a O, a Aquele, a Aquela (entendendo-se que a dissolução gráfica nunca impede na leitura a combinação fonética: a O = ao, a Aquela = àquela, etc.). Exemplos frásicos: a O que tudo pode: a Aquela que nos protege.

c) Emprega-se o apóstrofo nas ligações das formas santo e santa a nomes do hagiológico, quando importa representar a elisão das vogais finais o e a: Sant'Ana, Sant'Lago, etc. É, pois, correto escrever: Calçada de Sant'Ana. Rua de Sant'Aina; culto de Sant'lago, Ordem de Sant'lago. Mas, se as ligações deste género, como é o caso destas mesmas Sant'Ana e Sant'lago, se tornam perfeitas unidades mórficas, aglutinam-se os dois elementos: Fulano de Santana, ilhéu de Santana, Santana de Parnaíba; Fulano de Santiago, ilha de Santiago, Santiago do Cacém. Em paralelo com a grafia Sant'Ana e congéneres, emprega-se também o apóstrofo nas ligações de duas formas antroponímicas, quando é necessário indicar que na primeira se elide um o final: Nun'Álvares, Pedr'Eanes.

Note-se que nos casos referidos as escritas com apóstrofo, indicativas de elisão, não impedem, de modo algum, as escritas sem apóstrofo: Santa Ana, Nuno Álvares, Pedro Álvares, etc.

d) Emprega-se o apóstrofo para assinalar, no interior de certos compostos, a elisão do e da preposição de, em combinação com substantivos: horda-d'água. cobrad'água, copo-d'água, estrela-d'alva, galinha-d'água, mãe-d'água, pau-d'água, pau-d'alho, pau-d'arco, pau-d'óleo.

2º) São os seguintes os casos em que não se usa o apóstrofo:

Não é admissível o uso do apóstrofo nas combinações das preposições de e em com as formas do artigo definido, com formas pronominais diversas e com formas adverbiais (excetuado o que se estabelece nas alíneas 1º) a) e 1º) b)). Tais combinações são representadas:

a) Por uma só forma vocabular, se constituem, de modo fixo, uniões perfeitas:

i) do, da, dos, das; dele, dela, deles, delas; deste, desta, destes, destas, disto; desse, dessa, desses, dessas, disso; daquele, daquela, daqueles, daquelas, daquilo; destoutro, destoutra, destoutros, destoutras; dessoutro, dessoutra, dessoutros, dessoutras; daqueloutro, daqueloutra, daqueloutros, daqueloutras; daqui; daí; dali; dacolá; donde; dantes (= antigamente);

ii) no, na, nos, nas; nele, nela, neles, nelas; neste, nesta, nestes, nestas, nisto; nesse, nessa, nesses, nessas, nisso; naquele, naquela, naqueles, naquelas, naquilo; nestoutro, nestoutra, nestoutros, nestoutras; nessoutro, nessoutra, nessoutros, nessoutras; naqueloutro, naqueloutra, naqueloutros, naqueloutras; num, numa, nuns, numas; noutro, noutra, noutros, noutras, noutrem; nalgum, nalguma, nalguns, nalgumas, nalguém.

b) Por uma ou duas formas vocabulares, se não constituem, de modo fixo, uniões perfeitas (apesar de serem correntes com esta feição em algumas pronúncias): de um, de uma, de uns, de umas, ou dum, duma, duns, dumas; de algum, de alguma, de alguns, de algumas, de alguém, de algo, de algures, de alhures, ou dalgum, dalguma, dalguns, dalgumas, dalguém, dalgo, dalgures, dalhures; de outro, de outra, de outros, de outras, de outrem, de outrora, ou

doutro, doutra, doutros, doutras, doutrem, doutroira; de aquém ou daquém; de além ou dalém; de entre ou dentre.

De acordo com os exemplos deste último tipo, tanto se admite o uso da locução adverbial de ora avante como do advérbio que representa a contração dos seus três elementos: doravante.

Obs.: Quando a preposição de se combina com as formas articulares ou pronominais o, a, os, as, ou com quaisquer pronomes ou advérbios começados por vogal, mas acontece estarem essas palavras integradas em construções de infinitivo, não se emprega o apóstrofo, nem se funde a preposição com a forma imediata, escrevendo-se estas duas separadamente: afim de ele compreender; apesar de o não ter visto; em virtude de os nossos pais serem bondosos; o facto de o conhecer; por causa de aqui estares.

BASE XIX

DAS MINÚSCULAS E MAIÚSCULAS

1º) A letra minúscula inicial é usada:

- a) Ordinariamente, em todos os vocábulos da língua nos usos correntes.
- b) Nos nomes dos dias, meses, estações do ano: segunda-feira; outubro; primavera.
- c) Nos bibliónimos/bibliônimos (após o primeiro elemento, que é com maisúcula, os demais vocábulos, podem ser escritos com minúscula, salvo nos nomes próprios nele contidos, tudo em grifo): O Senhor do paço de Ninães, O Senhor do paço de Ninães, Menino de engenho, Árvore e Tambor ou Árvore e Tambor.
- d) Nos usos de fulano, sicrano, beltrano.
- e) Nos pontos cardeais (mas não nas suas abreviaturas): norte, sul (mas: SW sudoeste).
- f) Nos axiónimos/axiônimos e hagiónimos/hagiônimos (opcionalmente, neste caso, também com maiúscula): senhor doutor Joaquim da Silva, bacharel Mário Abrantes, o Cardeal Bembo; santa Filomena (ou Santa Filomena).
- g) Nos nomes que designam domínios do saber, cursos e disciplinas (opcionalmente, também com maiúscula): português (ou Português), matemática (ou Matemática); línguas e literaturas modernas (ou Línguas e Literaturas Modernas).

2º) A letra maiúscula inicial é usada:

- a) Nos antropónimos/antropônimos, reais ou fictícios: Pedro Marques; Branca de Neve, D. Quixote.
- b) Nos topónimos/topônimos, reais ou fictícios: Lisboa, Luanda, Maputo, Rio de Janeiro; Atlântida, Hespéria.
- c) Nos nomes de seres antropomorfizados ou mitológicos: Adamastor; Neptuno/Netuno.
- d) Nos nomes que designam instituições: Instituto de Pensões e Aposentadorias da Previdência Social.
- e) Nos nomes de festas e festividades: Natal, Páscoa, Ramadão, Todos os Santos.

f) Nos títulos de periódicos, que retêm o itálico: O Primeiro de Janeiro, O Estado de São Paulo (ou S. Paulo).

g) Nos pontos cardeais ou equivalentes, quando empregados absolutamente: Nordeste, por nordeste do Brasil, Norte, por norte de Portugal, Meio-Dia, pelo sul da França ou de outros países, Ocidente, por ocidente europeu, Oriente, por oriente asiático.

h) Em siglas, símbolos ou abreviaturas internacionais ou nacionalmente reguladas com maiúsculas, iniciais ou mediais ou finais ou o todo em maiúsculas: FAO, NATO, ONU; H₂O, Sr., V. Ex^a..

i) Opcionalmente, em palavras usadas reverencialmente, aulicamente ou hierarquicamente, em início de versos, em categorizações de logradouros públicos: (rua ou Rua da Liberdade, largo ou Largo dos Leões), de templos (igreja ou Igreja do Bonfim, templo ou Templo do Apostolado Positivista), de edifícios (palácio ou Palácio da Cultura, edifício ou Edifício Azevedo Cunha).

Obs.: As disposições sobre os usos das minúsculas e maiúsculas não obstam a que obras especializadas observem regras próprias, provindas de códigos ou normalizações específicas (terminologias antropológica, geológica, bibliológica, botânica, zoológica, etc.), promanadas de entidades científicas ou normalizadoras, reconhecidas internacionalmente.

BASE XX

DA DIVISÃO SILÁBICA

A divisão silábica, que em regra se faz pela soletração (a-ba-de, bru-ma, ca-cho, lha-no, ma-lha, ma-nha, má-xi-mo, ó-xi-do, ro-xo, te-me-se), e na qual, por isso, se não tem de atender aos elementos constitutivos dos vocábulos segundo a etimologia (a-ba-li-e-nar, bi-sa-vó, de-sa-pa-re-cer, di-sú-ri-co, e-xâ-ni-me, hi-pe-ra-cús-ti-co, i-ná-bil, o-ho-vai, su-bo-cu-lar, su-pe-rá-ci-do), obedece a vários preceitos particulares, que rigorosamente cumpre seguir, quando se tem de fazer em fim de linha, mediante o emprego do hífen, a partição de uma palavra:

1º) São indivisíveis no interior de palavra, tal como inicialmente, e formam, portanto, sílaba para a frente as sucessões de duas consoantes que constituem perfeitos grupos, ou sejam (com exceção apenas de vários compostos cujos prefixos terminam em h, ou d: ab- legação, ad- ligar, sub- lunar, etc., em vez de a-blegação, a-dligar, su-blunar, etc.)

aquelas sucessões em que a primeira consoante é uma labial, uma velar, uma dental ou uma labiodental e a segunda um l ou um r: ablução, ce-le-brar, du-plicação, re-primir; a-clamar, de-creto, de-glutição, re-grado; a-tlético, cáte-dra, períme-tro; a-fluir, a-fricano, ne-vrose.

2º) São divisíveis no interior da palavra as sucessões de duas consoantes que não constituem propriamente grupos e igualmente as sucessões de m ou n, com valor de anasalidade, e uma consoante: ab-dicar, Ed-gordo, op-tar, sub-por, absoluto, ad-jetivo, af-ta, bet-samita, íp-silon, ob-viar; des-cer, dis-ciplina, flores-cer, nas-cer, res-cisão; ac-ne, ad-mirável, Daf-ne, diafrag-ma, drac-ma, ét-nico, rit-mo, sub-meter, am-nésico, interam-nense; bir-reme, cor-roer, pror-rogar; as-segurar, bis-secular, sos-segar; bissex-lo, contex-to, ex-citar, atroz-mente, capaz-mente, infeliz-mente; am-biçãõ, desen-ganar, en-xame, man-chu, Mân-lio, etc.

3º) As sucessões de mais de duas consoantes ou de m ou n, com o valor de nasalidade, e duas ou mais consoantes são divisíveis por um de dois meios: se nelas entra um dos grupos que são indivisíveis (de acordo com o preceito 1º), esse grupo forma sílaba para diante, ficando a consoante ou consoantes que o precedem ligadas à sílaba anterior; se nelas não entra nenhum desses grupos, a divisão dá-se sempre antes da última consoante. Exemplos dos dois casos: cambraia, ec-tlipse, em-blema, ex-plicar, in-cluir, ins-crição, subs-crever, trans-gredir; abs-tenção, disp-neia, inters-telar, lamb-dacismo, sols-ticial, Terp-sícore, tungs-tênio.

4º) As vogais consecutivas que não pertencem a ditongos decrescentes (as que pertencem a ditongos deste tipo nunca se separam: ai-roso, cadei-ra, insti-tui, ora-ção, sacris-tães, traves-sões) podem, se a primeira delas não é u precedido de g ou q, e mesmo que sejam iguais, separar-se na escrita: ala-úde, áre-as, co-apeba, co-ordenar, do-er, flu-idez, perdo- as, vo-os. O mesmo se aplica aos casos de contiguidade de ditongos, iguais ou diferentes, ou de ditongos e vogais:

cai-ais, caí-eis, ensaí-os, flu-iu.

5º) Os digramas gu e qu, em que o u se não pronuncia, nunca se separam da vogal ou ditongo imediato (ne- gue, ne- guei; pe- que, pe- quei, do mesmo modo que as combinações gu e qu em que o u se pronuncia: á-gua, ambí-guo, averi-gueis; longín-quos, lo-quaz, quais- quer.

6º) Na translineação de uma palavra composta ou de uma combinação de palavras em que há um hífen, ou mais, se a partição coincide com o final de um dos elementos ou membros, deve, por clareza gráfica, repetir-se o hífen no início da linha imediata: ex-alferes, serená- -los-emos ou serená-los- -emos, vice- -almirante.

BASE XXI DAS ASSINATURAS E FIRMAS

Para ressalva de direitos, cada qual poderá manter a escrita que, por costume ou registro legal, adote na assinatura do seu nome.

Com o mesmo fim, pode manter-se a grafia original de quaisquer firmas comerciais, nomes de sociedades, marcas e títulos que estejam inscritos em registro público.

9.2 MANIFESTO EM DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA CONTRA O ACORDO ORTOGRÁFICO

(Ao abrigo do disposto nos Artigos n.ºs 52.º da Constituição da República Portuguesa, 247.º a 249.º do Regimento da Assembleia da República, 1.º n.º 1, 2.º n.º 1, 4.º, 5.º 6.º e seguintes, da Lei que regula o exercício do Direito de Petição)

Ex.º Senhor Presidente da República Portuguesa

Ex.º Senhor Presidente da Assembleia da República Portuguesa

Ex.º Senhor Primeiro-Ministro de Portugal

1 – O uso oral e escrito da língua portuguesa degradou-se a um ponto de aviltamento inaceitável, porque fere irremediavelmente a nossa identidade multissecular e o riquíssimo legado civilizacional e histórico que recebemos e nos cumpre transmitir aos vindouros. Por culpa dos que a falam e escrevem, em particular os meios de comunicação social; mas ao Estado incumbem as maiores responsabilidades porque desagregou o sistema educacional, hoje sem qualidade, nomeadamente impondo programas da disciplina de Português nos graus básico e secundário sem valor científico nem pedagógico e desprezando o valor da História. Se queremos um Portugal condigno no difícil mundo de hoje, impõe-se que para o seu desenvolvimento sob todos os aspectos se ponha termo a esta situação com a maior urgência e lucidez.

2 – A agravar esta situação, sob o falso pretexto pedagógico de que a simplificação e uniformização linguística favoreceriam o combate ao analfabetismo (o que é historicamente errado), e estreitariam os laços culturais (nada o demonstra), lançou-se o chamado Acordo Ortográfico, pretendendo impor uma reforma da maneira de escrever mal concebida, desconchavada, sem critério de rigor, e nas suas prescrições atentatória da essência da língua e do nosso modelo de cultura. Reforma não só desnecessária mas perniciosa e de custos financeiros não calculados. Quando o que se impunha era recompor essa herança e enriquecê-la, atendendo ao princípio da diversidade, um dos vectores da União Europeia.

Lamenta-se que as entidades que assim se arrogam autoridade para manipular a língua (sem que para tal gozem de legitimidade ou tenham competência) não tenham ponderado cuidadosamente os pareceres científicos e técnicos, como, por exemplo, o do Prof. Óscar Lopes, e avancem atabalhoadamente sem consultar escritores, cientistas, historiadores e organizações de criação cultural e investigação científica. Não há uma instituição única que possa substituir-se a toda esta comunidade, e só ampla discussão pública poderia justificar a aprovação de orientações a sugerir aos povos de língua portuguesa.

3 – O Ministério da Educação, porque organiza os diferentes graus de ensino, adopta programas das matérias, forma os professores, não pode limitar-se a aceitar injunções sem legitimidade, baseadas em “acordos” mais do que contestáveis. Tem de assumir uma posição clara de respeito pelas correntes de pensamento que representam a continuidade de um património de tanto valor e para ele contribuam com o progresso da língua dentro dos padrões da lógica, da instrumentalidade e do bom gosto. Sem delongas deve repor o estudo da literatura portuguesa na sua dignidade formativa. O Ministério da Cultura pode facilitar os encontros de escritores, linguistas, historiadores e outros criadores de cultura, e o trabalho de reflexão crítica e construtiva no sentido da maior eficácia instrumental e do aperfeiçoamento formal.

4 – O texto do chamado Acordo sofre de inúmeras imprecisões, erros e ambiguidades – não tem condições para servir de base a qualquer proposta normativa. É inaceitável a supressão da acentuação, bem como das impropriamente chamadas consoantes “mudas” – muitas das quais se lêem ou têm valor etimológico indispensável à boa compreensão das palavras. Não faz sentido o carácter facultativo que no texto do Acordo se prevê em numerosos casos, gerando-se a confusão. Convém que se estudem regras claras para a integração das palavras de outras línguas dos PALOP, de Timor e de outras zonas do mundo onde se fala o Português, na grafia da língua portuguesa. A transcrição de palavras de outras línguas e a sua eventual adaptação ao português devem fazer-se segundo as normas científicas internacionais (caso do árabe, por exemplo).

Recusamos deixar-nos enredar em jogos de interesses, que nada leva a crer de proveito para a língua portuguesa. Para o desenvolvimento civilizacional por que os nossos povos anseiam é imperativa a formação de ampla base cultural (e não apenas a erradicação do analfabetismo), solidamente assente na herança que nos coube e construída segundo as linhas mestras do pensamento científico e dos valores da cidadania.

Os signatários,

Ana Isabel Buescu

António Emiliano

António Lobo Xavier

Eduardo Lourenço

Helena Buescu

Jorge Morais Barbosa

José Pacheco Pereira

José da Silva Peneda

Laura Bulger

Luís Fagundes Duarte

Maria Alzira Seixo

Mário Cláudio

Miguel Veiga

Paulo Teixeira Pinto

Raul Miguel Rosado Fernandes

Vasco Graça Moura

Vítor Manuel Aguiar e Silva

Vitorino Barbosa de Magalhães Godinho

Zita Seabra

